



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - BHU

FRANCISCO WALLISON BATISTA DE LIMA

**AS MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS KANINDÉ DE
ARATUBA-CE COMO LUGAR DE LUTA E RESISTÊNCIA.**

REDENÇÃO, CE

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira Sistema de Bibliotecas da UNILAB

Catálogo de Publicação na Fonte.

Lima, Francisco Wallison Batista de.

L696m

As memórias da educação escolar indígena entre os Kanindé de Aratuba-Ce; como lugar de luta e resistência / Francisco Wallison Batista de Lima. - Redenção, 2016.

74f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

1. Educação - Memória. 2. Educação Escolar Indígena. 3. Kanindé. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 370

FRANCISCO WALLISON BATISTA DE LIMA

**AS MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS KANINDÉ DE
ARATUBA-CE COMO LUGAR DE LUTA E RESISTÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Bacharelado em
Humanidades da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -
UNILAB, como pré-requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes
Franco.

FRANCISCO WALLISON BATISTA DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em ____/____/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que sempre me fortaleceu nessa caminhada. A meus pais, Rosomar Batista de Souza e Francisco José de Lima Viana, que sempre me incentivaram a estudar, pois via na educação a única oportunidade de seus filhos não viverem as mesmas dificuldades que eles, mesmo com todas as dificuldades financeiras, trabalhadores da roça nunca deixaram faltar as oportunidade que lhes cabiam para que seus filhos estudassem e trilhassem caminhos diferentes na vida. A meus irmãos Francisco Wellington Batista de Lima, Francisco Wedeson Batista de Lima e Yorrana Batista de Lima que sempre estiveram ao meu lado, incentivando e acreditando que esse sonho seria possível.

. Em especial a toda a minha família que me viram como um exemplo por ser o primeiro da família a cursar o ensino superior e em uma universidade pública federal. A minha amiga mais que especial Domingas da Silva que aprende a admirar através das inúmeras viagens feitas para a comunidade dos Kanindé, que sempre esteve ao meu lado transmitindo confiança e incentivo, essa trabalho também deve a você muito obrigado pela sua amizade, nesse processo .A Hellem Diane Parete de Vasconcelo que presenciou uma parte desse trabalho, sempre proferindo palavras de incentivos nos momentos que pensavam em desistir, sou muito grato a você, pois sempre me dizia “que eu não poderia desistir,” muito obrigado.

Ao meu orientador Prof ° Dr, Roberto Kennedy Gomes Franco, pela paciência e incentivo que sempre demonstrava para que essa pesquisa fosse concluída, por inúmeras idas e voltas que esse trabalho teve até a sua conclusão.

Agradeço a comunidade dos Kanindé de Aratuba-CE em especial, ao Cacique Sotero, Cicero, Senhor, Pajê Barbosa, Suzenilson, Elenilson, Rita, Ivoneice a todos os professores da escola diferenciada Francisco Manoel dos Santos pela receptividade em abrir suas portas para a realização da pesquisa, pelo acolhimento qual me receberam na escola, como em inúmeras situações, as quais fiquei hospedado na casa de pessoas da comunidade. As experiências vivenciadas por mim desse contato levarei para a minha vida como profissional e também como pessoa .Obrigado a todos e a todas!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organização da passeata de comemoração do centenário Kanindé	23
Figura 2: Faixa reivindica e diz não a PEC 215.....	24
Figura 3: Dança do Toré enfrente a prefeitura	26
Figura 4: Concentração na praça da matriz de Aratuba	27
Figura 5: Homenagem da escola indígena as lideranças.....	30
Figura 6: Escola Diferenciada Manoel Francisco dos Santos	38
Figura 7: Atividade do projeto Tempo Comunidade com aluno do fundamental e médio	40
Figura 8: Tereza Kanindé (artesã penas de aves e colares)	41

LISTA DE ABREVIATÖES

PIBIC_ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

FUCAPE_ Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças

IMES_ Instituto Mantenedor de Ensino Superior Metropolitano S/C Ltda.

MEC_ Ministério da Educação

FUNAI_ Fundação Nacional do Índio

CPI/SP_ Comissão Pró-Índio São Paulo

CEDI_ Centro Ecumênico de Documentos e Informação

ANAI_ Associação Nacional de Apoio ao Índio

CTI_ Centro de Trabalho indígena

PEC_ Projeto de Emenda Constitucional

PR_ Partido da Republica

CETREX_ Centro de treinamento em Extensão Rural

CRED_ Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

CNE_ Conselho Nacional de Educação

EJA_ Educação de Jovens e Adultos

AEE_ Atendimento Educacional Especializado

UVA_ Universidade do Vale do Acaraú

RCNEEI_ Referencial Curricular Nacional Educação Escolar Indígena

DCNEEI_ Diretrizes Curriculares Nacional Educação Escolar Indígena

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisarmos o papel da memória na educação diferenciada na escola indígena dos Kanindé Aratuba-Ce, pensando em sua relevância como importante ferramenta de preservação da cultura e a transmissão para as novas gerações, tendo em vista que a memória é importante ponto de identidade, logo que a afirmação da identidade indígena está nas experiências do cotidiano na comunidade e nas memórias dos “trocós velhos” como chamam os idosos. Nessa perspectiva indisciplinar que abordamos essas narrativas das lideranças e professores, vista que as memórias são compartilhadas entre a comunidade, uma vez que a escola se apresenta como uma grande divulgadora da memória assim como da ancestralidade do povo, por que utiliza das experiências comunitárias como ferramenta pedagogia para a conscientização da afirmação étnica do grupo. Outro aspecto de relevância a ser ponderado no trabalho é o entendimento da escola indígena diferenciada como uma conquista dos povos indígenas brasileiros garantidos pela constituição de 1988, que consolida o direito a uma escola intercultural, plural que respeite as organizações sociais, políticas e religiosas dos grupos indígenas, isso leva a perceber que educação escolar acaba se tornando para os índios uma importante mecanismo de resistência, visto que foi um dos principais pontos de reivindicação do movimento indígena nacional e local.

Palavras-chave: Memórias; Educação Escolar Indígena; Kanindé.

ABSTRACT

This work aims to analyze the role of memory in differentiated education in the Kanindé Aratuba-CE indigenous school, considering its relevance as an important tool for the preservation of culture and the transmission to the new generations, since memory is an important point Of identity, as soon as the affirmation of the indigenous identity is in the experiences of the daily life in the community and in the memories of the "old changes" as the old people call them. In this undisciplined perspective we approach these narratives of leaders and teachers, given that the memories are shared among the community, since the school presents itself as a great disseminator of memory as well as the ancestry of the people, because it uses community experiences as a tool Pedagogy to raise awareness of the group's ethnic assertion. Another aspect of relevance to be considered in the work is the understanding of the differentiated indigenous school as an achievement of the Brazilian indigenous peoples guaranteed by the 1988 constitution, which consolidates the right to an intercultural school, plural that respects the social, political and religious organizations of the groups Indians, this leads us to realize that school education ends up becoming for the Indians an important mechanism of resistance, since it was one of the main points of the national and local indigenous movement.

Key words: Memory ;Education school indigenous; Kanindé.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1.BREVE HISTORICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL	11
1.1. O MOVIMENTO INDÍGENA E A CONQUISTA EDUCATIVA; HISTÓRIA, LUTA, RESISTÊNCIA	15
1.2- MOVIMENTO INDÍGENA KANINDÉ	19
2. O POVO KANINDÉ E SEU PROCESSO EDUCATIVO.....	32
3. A HISTÓRIA COMO MÉTODO DE ENSINO DIFERENCIADO.....	45
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	612

INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso-TCC objetiva debater a educação escolar indígena, como um lugar de memória e resistência na Escola Diferenciada Manoel Francisco dos Santos situada na comunidade fernandes do povo Kanindé em Aratuba-CE, inaugurada em 2006, a mesma conta com uma proposta de educação diferenciada que surge por pressões do movimento indígena em âmbito nacional, que reivindicavam um modelo educativo que, pautasse a ancestralidade, memória e cultura como base para a criação de currículo e método de ensino, uma educação que respeitasse autonomia e diversidade dos povos indígenas.

Essa temática é pensada a partir de um projeto de iniciação científica PIBIC/FACAPE, realizado entre 2015/2016 em titulado *“Histórias da educação escolar indígena no Ceará: ancestralidade, interculturalidade e resistência étnica dos Kanindé de Aratuba/CE e dos Pytuary de Pacatuba/CE.”* Orientado pelo Profº Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco, no qual fui bolsista, meu plano de trabalho trazia como elemento principal a compressão do ensino da disciplina de história dentro da pedagogia diferenciada das escolas indígenas pesquisadas, tendo em vista o papel de grande relevância que essa disciplina possui para a conscientização das novas gerações, na afirmação da identidade indígena. Essa pesquisa foi realizada nas Escolas Diferenciadas Francisco Manoel dos Santos no povo Kanindé e Ita-Ara no povo Pituary, minha atuação como bolsista me possibilitou perceber o papel desempenhado pela memória para o resgate e manutenção da identidade, isso através do processo de ensino e aprendizagem da educação diferenciada.

Foi no cotidiano das escolas e por meio do contato com professores, diretores(a) e lideranças indígenas que surgiram inúmeros questionamentos como, Qual o papel da memória na escola indígena? Quais as dificuldades de se ensinar história dentro da proposta diferenciada? Como a memória tem se transformado em ferramenta de resistência para os Kanindé? Essas questões me impulsionaram a pensar nas contradições existentes entre os parâmetros curriculares para a educação indígena diferenciada no Brasil entendendo os limites e as possibilidades na execução dos trabalhos diferenciados e as dificuldades que surgiram no decorrer do processo de construção da escola diferenciada. Uma instituição que atenda as necessidades comunitárias dos povos, para isso foi fundamental analisar as

narrativas do trabalho docente na execução dessa proposta de educação inovadora, partindo de uma análise de conjuntura para a compreensão do processo de formação dessa educação escolar indígena.

No TCC optei por pesquisar somente povo Kanindé, tendo em vista que esse grupo indígena é pouco estudado pela academia, com isso cheguei a conclusão que esse trabalho traria uma importante contribuição para povo kanindé, uma vez que esse estudo possibilitará outras pessoas conhecerem os Kanindé e suas lutas, como também o seu processo de resistência ao longo da história. Contribuindo para a caracterização desses sujeitos sociais enquanto agentes importantes no processo de transformação de suas próprias realidades, através escola indígena como mecanismo de afirmação cultural, elucidando a identidade e a ancestralidade presente na cultura popular vivenciada cotidianamente nas relações sociais e culturais construídas em comunidade.

Pensando a pluralidade e a diversidade como uma importante ferramenta para compreensão do processo de ensino e aprendizagem dos Kanindé, utilizamos a interdisciplinaridade uma vez que, como nos descreve o IMES (2008, p.14) a Interdisciplinaridade significa “[...] a integração de dois ou mais componentes curriculares na construção do conhecimento[...]”, com isso observamos ser necessário analisarmos essas pontes de ligações existente entre a memória, cultura e a identidade, e pensando como tudo isso se reflete na escola diferenciada como método pedagógico de ensino. Foi possível perceber que a escola indígena se apresenta como esse terreno interdisciplinar de contato, visto que dentro do seu currículo pedagógico encontramos saberes diversos desde os ancestrais até o saberes seculares da modernidade.

Nessa perspectiva, optamos por usar os métodos de observação participante, etnografia, dado que essas ferramentas nos permitiria entendermos as dinâmicas sociais e culturais vivenciada pelo grupo no cotidiano da comunidade, assim como o da escola, ou seja, nos possibilitariamos vivenciar as realidades para desta forma, levantamos as informações desejadas. O método de revisão bibliográfica utilizado objetivou um resgate histórico dos povos sobre o processo histórico da educação escolar indígena no Brasil e no Ceará perpassando especificamente pelos Kanindé de ARATUBA-CE, foi perceptível em certos momentos da história essa semelhança

existente do processo educativo em âmbito macro no Brasil para o micros no povo Kanindé.

As entrevistas com os professores de história também foi um importante mecanismo para essa pesquisa, inicialmente a intenção era entrevistar uns 4 professores(as), mais tendo em vista que o quadro de professores(as) formandos não era tão grande, decidimos entrevistar duas professoras que são pioneiras no ensino de história na instituição como as Professoras Rita da Silva Alexandre e a Ivoneice Bernardo da Silva, entrevistamos também os guadião da memória dos Kanindé como o Francisco Benardo da Silva (Senhô) de 74 anos, José Maria Perreira dos Santos(Cacique Soterro) 73 anos, Cicero Perreira dos Santos 64 anos.

Portanto, a partir dessas memórias educativas e a escola como uma ponto de memória se faz necessario compreendemos os processos histórico no qual passaram os agentes que são detentores da memória como professores, alunos e lideranças, nesse sentido que Souza e Cortez (1996, p.53) nos decreve que “torna-se necessario também tentar compreender a maneira com que professor e alunos reconstruíram suas experiências, [...] e a si proprio como sujeitos históricos” com isso podemos reafirma que a escola enquanto prédio fisico ele não produz memória, a mesma é criada das relações sociais exercidas dentro do contexto comunitário e na interligação com a ancestralidade.

Logo, pensar nas memórias Educativas dos Kanindé é refletimos essas processos histórico de afirmação, e como esses pontos de divulgação da memória como o Museu e a escola Diferenciada tem influenciado os jovens e o sigficado das memórias ancestrais do que significa ser um índio kanindé, construindo uma ambilavalência entre o conhecimento ancestral e o moderno que tem transformado esses elementos das memórias tradicionais com inferiores e negativos, então pecebemos que escola e o Museu Kanindé tem uma importante missão de romper com essas ideologias, porém se faz necessário que compreendamos o que é a memória e como ela é criada, nesse sentido Pollak nos aponta que (1992, p.7) A memória é uma construção social que:

[...]em diversos níveis mostra que há um preço a ser pago, em termos de investimento e de risco, na hora da mudança e da rearrumação da memória, e evidencie também a ligação desta com aquilo que a sociologia chama de identidades coletivas. Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho

necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência.

Para compreendemos a importância da memória para os Kanindé é necessário que atentemos a construção social dessas memórias aqui descritas, pois é da memória que os mesmos buscam subsídio para reafirmação de sua ancestralidade indígena, nesse aspecto, Pollak fala em seu livro *Memória e Identidade Social*, onde trata da problemática da construção social da memória a partir das experiências vividas, uma vez que a memória é algo construindo socialmente e está sujeita a transformações. Desta forma, a memória dos Kanindé de Aratuba foram construídas socialmente, por meio das relações sociais praticadas nos âmbitos das afinidades étnicas e culturais exercidas e herdadas de seus ancestrais, memórias essas que sofrem influências e transformações, mas, que em sua essência existem acontecimentos e símbolos que não mudam, pois são fixos.

Segundo Polak (1992. P. 2), “[...] a memória é, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis.” isso nos permite observar que no decorrer desses cem anos aconteceram inúmeros momentos históricos vivenciados e compartilhados entre o grupo, momentos que marcam a memória tanto dos indivíduos como do coletivo, ou seja, se tornando algo intransferível ou imutável, que é a “identidade indígena”, logo essa contribui ativamente para a afirmação da identidade Kanindé que está sendo celebrada nesse centenário. Em uma entrevista realizada com Cícero, uma liderança indígena ele relata a importância do coletivo na afirmação étnica do grupo, pois o grupo é formado por um compartilhamento de elementos culturais que os diferenciam de pertencimento, com isso aponta que;

Os alimentos sempre produzimos juntos, caçamos, pescamos além de sempre, existi aqui um costume que os homens sempre são mais participante das reuniões, no caçar na mata, e a mulher sempre ficava mais cozinhando, e essa questão da participação das mulheres nas reuniões não são muito forte como os homens tem, isso é um costume que existe transmitido pelos antepassados, e a gente ainda tem aquilo de que a sala é só para o homem e a cozinha é só para a mulher, lavar as vasia sempre era só papel das mulher e o homem não fazia aquilo. Mais a gente vem repassando que não para acontecer aquilo, hoje a gente que a mulher não é pra fica tão fora do social, que a parte de ser coletivo, mas hoje os jovens também já estão participando mais das reuniões. Trabalhamos muito juntos, fazem os caminhos, os trabalhos da escola, do museu sempre juntos, nunca

deixamos das crianças aos adultos, do professor a merendeira dentro da escola não existi diferença, como não tem separação entre o aluno ao diretor, pois se houver necessidade do aluno pegar em uma vassoura para limpa a escola, os professores, diretor também podem pegar tudo fazemos coletivamente.

A citação acima nos possibilita a reflexão de que a cultura Kanindé é viva e que símbolos de identidade diferencia o grupo materialmente de outros, nesse trecho a liderança nos traz elementos de extrema importância para compreendemos o que é ser um índio Kanindé, que talvez podemos pensar que ser um Kanindé é apenas participar do Toré, ou das reuniões realizadas na comunidade, mas, segundo nos propôs Cícero, isso também faz parte da construção da identidade, porém o mesmo nos expôs um outro componente que é o sentimento de coletividade, ou seja, na visão dessa liderança o ser Kanindé é viver coletivamente se preocupar com outro é vivenciar as relações de forma coletivas, pois quando diz que a maioria dos trabalhos em relação a comunidade todos se engajam para realiza-lo é esse sentimento de união que fortalece o grupo em resistirem em existir.

Outra reflexão que podemos fazer é a organização social, da comunidade que coloca o lugar de atuação das mulheres e dos homens, quando a liderança diz que as mulheres não participavam muitos das reuniões ele nos descreve um papel social desempenhado por cada seguimento não que seja algo ruim, pois para que entendamos os motivos de tal divisão social se torna necessário que entendamos a dinâmica e cultura do grupo que não se assemelha a nossa visão ocidentalizada dos papéis sociais, entretanto podemos observar que isso serve para uma organização comunitária onde cada qual trabalha para o bem comum de toda a comunidade, outro ponto que frizou é que a cultura se transforma com o passar dos anos, e podemos perceber isso quando ele diz que essa estrutura que havia sido repassada pelos seus ancestrais, mas que hoje entendiam que a mulher não podia está longe do social por que a dinâmica social é outra e as mulheres hoje querem participar da construção dessa resistência étnica, isso possibilita mais uma vez percebermos a questão do coletivo, por que pensar coletivamente é pensar em soluções para os conflitos, mas, em grupo sempre dando espaço para que todos tenham voz possam expor possíveis soluções para os conflitos.

Contudo, podemos nos questionar como os Kanindé conseguiram se manter reunidos por cem anos, e a resposta é o coletivo, que significa “a cooperação e ao cumprimento com os demais. O grupo do qual a pessoa faz parte importa mais do

que a própria pessoa [...] tais indivíduos mantêm fortes relações entre si e podem compartilhar os mesmos interesses.”Gouveia (2001). Ou seja, é esse sentimento de cooperação que os mantem fortes e unidos em prol da resistência da afirmação de sua identidade, e em defesa da cultura, educação e saúde diferenciada e principalmente o direito a terra.

Ao pensarmos em memória coletiva pode significar, um eterno movimento com constantes transformações, em relação ao presente observando o passado, para a afirmação de um futuro, a temporalidade envolve diferentes ritmos, implicam rupturas, durações, das (continuidades), relações individuais e coletivas, simultaneidades, múltiplas faces de um devir. Conforme Le Goff (1992, p. 439) nos diz que; “O fundamento do tempo é a memória [...] a memória é a síntese fundamental do tempo que constitui o ser do passado”. Nessa acepção Pollak (1992, p.6) diz que a identidade e a memória são valores em constantes disputas e complementa que:

[...] a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas. Por exemplo, todos os que fizeram pesquisas de história oral sobre as estruturas familiares nas classes populares, como já fiz na Áustria, puderam verificar o quanto um nascimento ilegítimo pode ser um ponto importante quando se trata de resolver litígios ligados a heranças. Não se trata apenas de herança no sentido material, mas também no sentido moral, ou seja, do valor atribuído a determinada filiação. Sabemos que a memória, bem como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constituem um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas.

Na trajetória da vida identificamos inúmeras formas de memórias e histórias, pois as mesmas se enraízam em diversas formas, como no espaço, nas imagens, nos gestos, nas línguas e principalmente nos símbolos que são fontes de riquíssimas memórias como também de histórias, por que é do passado que encontramos a inspiração necessária para constituição de uma identidade. Passado que se entrelaça com o presente fazendo surgir uma recordação coletiva, pois a mesma não pertence a um sujeito, mas a uma coletividade, como isso podemos perceber que a memória é diversa, e que dentro dessa pluralidade existe conflitos como foi descrito na citação anterior, porém até certo ponto esses conflitos são naturais, uma vez que a diversidade nos possibilita múltiplas formas de pensar , entretanto observamos através do espírito de união e do sentimento de afirmação

étnica de pertencimento a um determinado grupo é possível vencer o conflito e encontrar o ponto de equilíbrio.

Na entrevista feita com o Cacique soterro fica evidente a importância das memórias dos antepassados, pois eles ouviam seus pais quando diziam que eram índios, podemos observar que essas memórias possibilitaram a construção de um sentido de afirmação étnica, influenciado a dinâmica social do coletivo, possibilitando assim novos olhares e forma de se colocar no meio social da memória podemos frisar que a memória é uma importante ferramenta de resistência, uma vez que é transmitida para as novas gerações, influenciando a conservação de conhecimentos tradicionais., por isso é de extrema importância compreendermos o significado de memória e história, tal como entendemos o contexto da mesma na construção da abordagem das questões indígenas no Brasil e no Mundo que sofreram e sofrem arbitrariedade pelo processo colonizador e seus danos para os povos indígenas, povos esses que pautam a diversidade, a cultura, ancestralidade, a memória como sendo valiosa ferramenta para a sua existência enquanto povo, como pondera Martins E Santos (2016.p.19) que o “processo de reconhecimento étnico do povo indígena Kanindé foi construído através de muitas superações e resistências principalmente quando a afirmação étnica do povo se desenrolou na luta pela demarcação da terra, e podemos destacar que a memória assume um papel importante.

De acordo com Le Goff (1924, p.423) no seu ensaio sobre *história e memória* descreve que o significado de memória como sendo “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, funções psíquicas essas que para Pollak (1992), é incentivadora na reconstrução de uma identidade étnica de si mesmo como para o coletivo, logo essa contribui para constituição do sentido de identidade coletiva, isso nos confirma uma liderança indígena ao dizer que: “isso mostra que já foi uma união que aconteceu daquela época pra cá entre as duas famílias”, com isso podemos observar a união desses indivíduos refletir realmente na busca por esse sentido de identidade para assim possibilitar a reafirmação étnica dos Kanindé Benardo, (Janeiro/2016).

Segundo Cacique Sotero uma das maiores conquistas para os Kanindé anos de luta pelo reconhecimento étnico está concretamente efetivada na posse da terra que é o principal símbolo da resistência Kanindé, uma vez que a terra expressa também etnicidade do povo, pois os mesmos mantem uma ligação íntima com os fenômenos naturais, Sotero diz que, “Sim, a conquista da comunidade balanço foi uma e outra foi à terra da Gia, “onde nos trabalhávamos com as plantações ela fica do outra da nossa serra Fernandes, é a mesma terra só que não havia sido encorpada a terra indígena” referendando a fala de Sotero, POLAK (1992, p.5) diz que para acontecer esse reconhecimento indenitário do grupo é necessário que haja:

unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A memória coletiva, está referendada pelas lembranças que subsistem ao tempo. Quanto mais durar a vida humana, mais a memória coletiva tende a estender-se, porque ela vai renovando e modificando à medida que as pessoas vão se agrupando. Nesse estágio compreendemos que a memória ultrapassa temporalidade e quebra paradigmas, e reafirma uma posição, uma vez que contribui para recordação de um passado próximo, onde é transmitido para as novas gerações, que influencia para a construção de uma sensibilidade de afirmação étnica, para as populações indígena isso se torna possível através da oralidade que para esses grupo étnico está alicerçada nas vivências e lembranças de seus “troncos velhos “como chamam os mais velhos da comunidade, detentores dos saberes ancestrais.

De acordo com Le Goff (1924, p.428), o antagonismo entre as culturas tradicionais (sem escrita) e civilizadas (com escrita), “Esta distinção entre culturas orais e culturas escritas, relativamente as funções confiadas a memória, parece fundada no fato em que as relações entre estas culturas se situarem a meio caminho

de duas correntes igualmente erradas pelo seu radicalismo, “uma afirmação que todos os homens tem as mesmas possibilidades; ou seja, o conflito é desencadeado quando se coloca os diferentes com iguais, não reconhecendo a diferença existente, ou quando se estabelece um modelo de memória único marginalizando todas as outras manifestações de memórias existentes, desta forma aconteceu em relação as populações indígenas no Brasil e com povo Kanindé não foi diferente os negaram o direito a uma memória, a uma identidade os inferiorizaram como “selvagens”, acarretando assim inúmeros pré-conceitos que externados cotidianamente na sociedade.

Memória experimentamos todos os dias no cotidiano das nossas vidas, que apesar de contraditórias às vezes, é riquíssima em conhecimento sobre a vida, pois ela não expressar algo fictício e sim a concretude da realidade, embora que se apresente cruel, isso podemos compreender que são os traumas preservados na memória, a esse respeito Pollak (1992, p.2) “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto [...] um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” essas memórias traumatizantes está nas raízes ancestrais dos povos indígenas, que foram escravizados e mortos e forçados a esconderem suas raízes, suas memórias históricas, para se tornarem “seres civilizados”, essa são as concretudes da realidade que traumatiza e também internaliza o sofrimento, porém podemos considerar que os traumas contribuem como inspiração para a resistência e para preservação das identidades indígenas.

A transmissão do conhecimento por meio da oralidade, conforme pondera Bosi (2004, p.15) “é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano”. Para assim realçamos a história dos inferiorizados e dos excluídos socialmente da história como as mulheres, negros e também as populações indígenas do Brasil que ainda são vistas com pré-conceitos e desrespeitos por parte da sociedade brasileira, até pouco tempo sem direitos sociais ou políticos, sem acesso a políticas públicas efetivas que atendesse as necessidades singulares da diversidade, pluralidade cultural e a educação intercultural entre outros, com isso a resistência dos Kanindé é cotidianamente conquista o seu lugar social, pois sempre tem que estar se afirmando para manter seu espaço garantido, para isso a comunidade deve está alinhada com a escola indígena diferenciada e a escola

interligada com a oralidade dos mais velhos que é a principal ponte entre a ancestralidade e as novas gerações. Nessa perspectiva Bosi (2004, p.15) pondera que;

A memória dos mais velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela intermediário informal da cultura, visto que existi mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura.

Compreendemos que a memória do povo Kanindé ultrapassou temporalidades quebrou paradigmas e reconstruiu-se o sentido do por que o povo Kanindé de Aratuba, construíram isso através das raízes ancestrais comuns, da união que se caracteriza no trabalho conjunto desempenhado em prol da afirmação étnica, foram valentes em nome do que eram do que se tornaram hoje, índios de história e identidade, organização e principalmente de memórias. Sabemos que o tempo sempre se transforma e com ele as memórias estão em constantes mudanças e transformações, assim com a cultura que ressignifica as relações incluindo e excluindo elementos e recriando significados, porém a identidade é adquirida pela vivência cotidiana. Nesse sentido é necessário que compreendamos que a memória sempre precisará ser recriada e organizada para que assim o sentimento unificado de identidade esteja fortificado nas memórias coletivas e nas relações exercidas pelo o grupo.

Esse trabalho está organizado da seguinte forma;

No primeiro capítulo denominado de, **Breve Historico Da Educação Escolar Indígena No Brasil**, encontramos um breve resumo de como a educação escolar foi impletando no Brasil, desde o início da colonização portuguesa, destacamos também algumas períodos da história em que esse modelo de escola para os índios sofre significantes transformações. Outro ponto impartante é a compreensão dos interreses desenpenhado pela educação escolar indigena no percuso histórico, interesses esses que nem sempre estavam baseado na ideia de integração das populações indígenas a comunhão nacional, onde os transformariam em brasileiros. Essa capítuo está estruturado em dois subtópicos, onde o primeiro faz alusão ao movimento indígena nacional em busca de direitos sociais, neste tópico destacamos

a importância desse levante da organização dos povos indígenas para a conquista de direitos fundamentais como, a educação, saúde e a terra etc.

O segundo subtópico abordamos o movimento indígena local realizado pelos Kanindé, o texto descreve especificamente um evento realizado no dia 20 de novembro de 2015 no município de Aratuba-CE, a data marca o centenário da chegada dos índios Kanindé na região, podemos observar que a comemoração deve ter todo um caráter político, onde os Kanindé reivindicaram dos poderes legislativos e executivos municipais, inúmeras demandas do povo na região.

O segundo Capítulo denominado, **O Povo Kanindé E Seu Processo Educativo**, neste tópico abordaremos o processo educativo desenvolvidos no decorrer do percurso educativo na comunidade Fernandes, buscando compreender os primeiros passos feitos pelos Kanindé para estruturação da educação escolar na comunidade, também destacaremos a luta para conquista do prédio da escola Diferenciada Francisco Manoel dos Santos, na parte final do capítulo descreveremos alguns projetos diferenciados que são executados pela escola indígena, nos quais tem por objetivo a aproximação da comunidade e escola.

O terceiro capítulo intitulado, **A História Como Método De Ensino Diferenciado**, apresentamos a historicização do surgimento e do ensino de história como método pedagógico no Brasil, também descrevemos processo de ensino percorrido pelas professoras entrevistadas no decorrer da pesquisa, utilizamos o RCNEI um documento oficial desenvolvido e aprovado pelo MEC, onde descreve o surgimento, e a importância da disciplina de história para as escolas indígenas, apresentamos também a metodologia que deve ser aplicada na escola indígena.

1.BREVE HISTORICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

A educação escolar indígena no Brasil inicia-se quase na mesma ocasião que a colonização, os povos que aqui habitavam detinham de uma organização social própria e culturas totalmente distintas das européias. Como nos confirma Luciano,(2006) os “povos indígenas tinham o seu próprio sistema de ensino, que era guiado segundo as experiências cotidianas da comunidade”, vivenciadas e transmitidas pela oralidade. Aonde comumente, os homens destinavam-se a ensinar aos meninos conhecimentos gerais sobre a terra, a arte da caça e da pesca e agricultura e as

propriedades das plantas; as mulheres, por sua vez, responsabilizavam-se por ensinar às meninas as prendas domésticas, artesanato e o cuidado dos filhos e marido (LUCIANO, 2006).

Até o início de 1549, não existia um sistema educativo escolar formal do ponto de vista do colonizador, mas ao contrário, a educação era transmitida na oralidade e na vivência do cotidiano, as informações importantes que deveriam ser aprendidas para vivência na comunidade eram os códigos sociais de conduta, as regras de trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato e a tecnologia utilizada na época na construção das ferramentas de trabalho e isso era repassado através dos diálogos e na observação cotidiana na prática dos adultos. No final de 1549, foi fundada a primeira escola no Brasil pelo Papa Paulo III, que tinha como diretrizes a fé cristã, os primeiros padres a assumirem foi Manoel da Nóbrega e José de Anchieta na cidade de Salvador (BA), essa educação catequizadora sempre oprimiu os povos indígenas, pois a mesma destruiu toda a estrutura organizacional desses povos, os massacravam fazendo com que abdicassem de sua identidade e cultura, sua terra, e seu sentimento de reconhecimento enquanto indígena.

A catequese os levou ao sentimento de inferioridade e de inutilidade, ou seja, essa educação forjava um novo caráter para esses sujeitos, que eram obrigados adorarem os Deuses europeus que eram impostos pela igreja, a aprenderem a língua portuguesa, a se vestirem como um europeu, a comerem aquilo que eles comiam, uma educação que não era voluntária, espontânea, mais pelo contrário era forçada, que nenhum benefício trouxe as populações indígenas, a não ser os traumas da aculturação. Como nos coloca Perreira(2014; p.32):

Os sobreviventes, condicionados à subjugação europeia. No sistema de ensino jesuítico os índios eram proibidos de expressar seus idiomas, suas simbologias/cosmologias e ritos sagrados. O modelo educacional escolar se direcionava para o ensino da fé católica, a alfabetização em português, ofícios europeus e o trabalho agrícola. Segundo Saviani (2008), os jesuítas não só trouxeram na bagagem o seu código moral, costumes e a religiosidade europeia, mas métodos pedagógicos que contrastavam profundamente com as tradições culturais indígenas. A escola jesuítica era regida por um documento próprio, conhecido como *Ratio Studiorum*. Escrito por Inácio de Loyola e publicado em 1599, o documento continha um conjunto de 467 regras; com vistas a regulamentar o ensino, tinha como objetivo ordenar as atividades, as funções e os métodos de avaliação nas escolas.

Esse projeto assimilacionista foi se tornando investimento de cunho nacional tanto que em 1759 o Brasil contava com 36 missões, 25 residências e 17 colégios e seminários, além de escolas de primeiras letras e seminários menores. Com a expulsão dos jesuítas, a EEI sofreu uma ruptura histórica, pois os jesuítas já haviam consolidado um modelo educacional. Baseado no *Ratio Studiorum*, que era um documento que continha 467 regras para a realização da educação indígena, o sistema de ensino estava fortemente atrelado às estruturas da Igreja Católica, uma das grandes forças de poder da época, assim a educação foi surgindo destruindo as formas de organização, impondo novas regras e novos hábitos, forjando uma nova identidade e caráter para esses povos, com a saída dos jesuítas do Brasil o regime colonial, investiu em um modelo educativo não mais religioso, formalizando assim a educação escolar indígena, porém suas diretrizes buscavam basicamente a civilização dos selvagens, para integra-lo a sociedade brasileira, pois almejava a construção de uma identidade nacional.

De acordo com Ferreira (2001), esse novo projeto educacional foi marcado pela criação do SPI- Serviço de Proteção do Índio, por volta de 1910, o Estado investe então em um sistema educativo mais humanizado, onde substitui os conteúdos religiosos e implementam temáticas voltadas para o mercado como a produção agrícola e o trabalho doméstico, porém o Estado brasileiro sempre manteve a intenção de integrar essas populações indígenas a uma identidade nacional posteriormente em 1967 extingue o SPI e funda a FUNAI, aqui esse processo começou sofrer modificações, que foi aprovado a lei (6.001) que é o estatuto de do índio, onde traz em pauta a importância de uma educação, bilíngue e a formação de professores indígenas para atuarem como educadores nas escola indígenas, entretanto segundo a autora a política educativa imposta pela FUNAI usou o discurso do respeito a diferença, mais em sua essência o objetivo de integração do índio a comunhão nacional prevaleceu, Ferreira (2001, p.76) pondera que:

Os objetivos integracionista da educação escolar oferecida pela FUNAI, expressa no artigo 50 do Estatuto do Índio, contradizem, porém, a retórica segundo a qual o bilinguismo é meio para assegurar e respeitar o patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão, [...] A educação bilíngue se firmou, assim como tática para assegurar interesses civilizatórios do estado, favorecendo acesso do índios ao sistema nacional, da mesma forma que fazia os missionários evangelicos.

Somente por volta da década de 70 que se questiona verdadeiramente esse modelo educativo, pois surge inúmeras organizações não governamentais na defesa da causa indígena, organizações essas que impulsionam modelos educativos alternativos, instituições representativas construídas por indigenistas e outras pelos próprios indígenas, conforme FERREIRA (2001, p. 87) esses órgãos atuaram principalmente na defesa dos territórios, a assistência a saúde e a educação escolar indígena, esses projetos alternativos buscaram romper com padrão da escola integracionista, uma vez que intensificaram a promoção de tutorias para implantação de modelos escolares que fosse conivente com a realidade indígena, produzido material didático específico, como também debate sobre as políticas voltadas para a formação de professores.

De acordo com Ferreira (2001, p. 87) organizações como “Comissão Pró-Índio de São Paulo(CPI/SP), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), e o Centro de Trabalho(CTI)” essas instituições ocuparam uma papel de extrema importância para a construção de um processo de conscientização étnica e política aos povos indígenas, por que as mesmas incentivaram a construção da revolução e resistência indígena, essas organizações juntamente com os povos indígenas realizaram no ano de 1979, o primeiro encontro nacional, onde se reuniram vários seguimentos para debaterem as questões acadêmicas e políticas em relação a educação escolar indígena, na oportunidade foi lançado outros modelos pedagógicos que atendesse as questões indígenas dentro das suas especificidades, com isso também foram surgindo outros encontros com inúmeras outras temáticas pertinentes a importância de uma reforma na metodologia educativa para os índios brasileiros.

A educação escolar indígena sofre grandes transformações no Brasil por volta do final da década de 70, quando os próprios indígenas questionam em âmbito nacional as metodologias aplicadas nas escolas indígenas, nesse período emerge uma grande revolução, pois os indígenas de todo o país se organizam no movimento indígena, onde cobram do governo políticas específicas, como o acesso a terra, a saúde e a educação entre outros direitos que foram arbitrariamente retirados desses sujeitos, em 1988 aconteceu o grande marco da conquista dos povos indígenas, por que até então as conquistas não possuíam segurança política, com a construção e aprovação da Constituição de 1988, foi se assegurado os direitos na Carta Magna

brasileira, entretanto nós podemos perceber que o principal mérito são dos povos que se organizaram e lutaram por seus espaços e visibilidade enquanto povo brasileiro em relação ao governo.

Contudo, podemos perceber que esse processo de dominação e perpetuação do poder em relação as populações indígenas no Brasil se manteve com o objetivo de não reconhecer a diferença e a heterogenidade cultural dos índios, a ideia de uma identidade única brasileira era a justificava para a domesticação, porém temos que ter ciência que esse processo ainda permanece, mas, com outras roupagem, pois atualmente a grande luta dos povos indígenas no Brasil ainda é a demarcação territorial, que em décadas passadas foram pontos de reivindicação. Existe ainda muitas lutas para que esses direitos se concretizem e tais conquistas permaneçam, então podemos observar que o caráter dos índios sempre foi luta, inicialmente com os portugueses e agora com os governos que insiste em apagar a identidade e impor a identidade de brasileiro.

1.1. O MOVIMENTO INDÍGENA E A CONQUISTA EDUCATIVA; HISTÓRIA, LUTA, RESISTÊNCIA.

O movimento indígena brasileiro surge por volta da década de 70, porém podemos observar em outros momentos da história do Brasil que esses sujeitos sempre mantiveram o espírito da luta e resistência, de acordo com Silva (1999), “foram as mais diversas formas de resistência, desde a resistência física, a diplomacia e a resistência cultural,” segundo Silva houve três motivos que impulsionaram a emergência da organização dos povos, o primeiro aponta que as populações indígenas viviam em uma situação estarrecedora, pois grande parte de seus territórios foram tomados ou violentados pelos colonizadores, onde menosprezavam e desprezavam as tradições, a cultura, língua, e os processos de ensino e aprendizagem dos nativos os colocando em patamares inferiores, levando assim genocídios¹ e etnocídio² como importante ferramenta de dominação.

¹**Genocídio:** significa o extermínio de pessoas tendo como principal motivação as diferenças de nacionalidade, raça, religião e, principalmente, diferenças étnicas, é uma prática que visa eliminar grupos étnicos minoritários em determinada espaço geográfico.

Outro argumento levantado pela autora é o próprio modelo político que estava sendo implementado pela ditadura militar iniciada em 1964, uma vez que nesse período emergem inúmeros movimentos sociais que reivindicavam a saída da ditadura, nesse momento de organização social da nação e de luta pelo direito a democracia e direitos sociais, o movimento indígena também entrou nesse processo com um foco principal, as demarcações dos territórios que foram arbitrariamente retirados dos mesmos.

Segundo Silva(1999) em seu último argumento que contribuiu para esse levante dos povos indígenas foi articulação internacional, se deu através das organizações desse movimento indígena em âmbito nacional se tornou possível aproximação de lutas com outros grupos indígenas da América Latina como o Paraguai em 1974 e posteriormente como outros povos da Bolívia e Uruguai, essa relação internacional contribuiu fortemente para a conquista de muitos direitos para as populações indígenas no Brasil, esse conflito existente estava sendo visualizado nas organizações internacionais. Sobre esse processo de surgimento do Movimento Indígena Mundurucu (2012, p.209) aponta que:

[...]O surgimento do movimento indígena brasileiro nasceu com a conjuntura política e social que eclodiu no Brasil a partir de 1970. Foram tempos difíceis, pois imperava em nosso país o regime de exceção, preconizado pelos militares a partir de 1964. Naquela ocasião, a política indigenista do Governo previa que os povos indígenas deveriam ser integrados pela nação e, conseqüentemente, abrir mão de suas identidades étnicas, para se tornarem “apenas” brasileiros. Essa política estava a serviço dos interesses de desenvolvimento e integração nacional, que também escondiam a intenção de explorar as riquezas presentes no solo subsolo das terras tradicionalmente ocupadas pelos nossos povos.

Posteriormente a essa organização nacional foi se ramificando em todas as regiões do país buscando fortalecer e conscientizar outros a importância da organização e da luta para se conquistar direitos fundamentais como a vida, saúde, cultura, educação etc. Essa ampliação impulsiona o surgimento de momentos deliberativos como assembleias que reuniam indígenas de todas as regiões do país, e de diversas etnias diferentes que colocavam suas contribuições para organização

² **Etnocídio:** significa o oposto de genocídio, pois etnocídio pressupõe extermínio cultural de um determinado grupo étnico tendo como principal motivação as diferenças de nacionalidade, raça, religião e, principalmente, diferenças étnicas, é uma prática que visa eliminar a cultura de determinados grupos étnicos.

e fortificação da luta e das pautas, através dessas assembleias de acordo com Silva (1999) se consolida várias entidades representativas dos indígenas tanto em âmbito nacional como regional e local, como também a criação de alianças com a sociedade civil favorável a causa indígena e movimentos sociais, essas alianças foram de extrema importância como estratégia de luta, uma vez que esse movimento indígena almejava visibilidade política, e social que historicamente foi retirado dos índios no Brasil. Sobre a visibilidade da causa indígena Munduruku (2012, p.209) pondera que:

Do ponto de vista dos indígenas, os acontecimentos que os afetavam não tinham repercussão na mídia nacional, tornando-os isolados na luta pela defesa de seus direitos. Cada povo afetado pelas frentes de expansão acabava sendo vitimado por ondas de violências cada vez mais intensas e nocivas, sem ter consciência de que tal devastação cultural fazia parte da política desenvolvimentista patrocinada pelo capital internacional e executada pela recém-criada Fundação Nacional do Índio. O que poderia ter sido interpretado como alívio para nossos povos era, na verdade mais um golpe contra os interesses indígenas.

É de suma importância estar dentro dessas entidades de representação dos povos indígenas visto que a contribuição dada pelos professores indígenas em várias regiões do Brasil, como a organização que inicialmente nasceu nas regiões como Amazonas e posteriormente ganha força em âmbito nacional, através de encontros que reuniam milhares de índios das mais diversas regiões do país e grupos étnicos de diferentes localidades tanto, culturalmente, linguisticamente e a tradição, esse movimento que apesar de heterogêneo conseguiram grandes avanços na questão educativa para os índios no Brasil, uma educação realmente autônoma e diferenciada que respeitasse as tradições e a forma de viver dos indígenas e sua forma de estar no mundo.

Para Silva (1999) esse movimento dos professores almejava a transformação da escola, para que esta possibilitasse a esses povos criarem e recriarem suas próprias formas de ensinar, a cultura a partir do contato com outros povos e com a sociedade civil, uma escola intercultural heterogênea que não reproduza preconceitos, mais que contribui para afirmação da diferença, que levanta a bandeira da indisciplinaridade e da mutirreferencialidade para a construção de currículos plurais que reflita a diversidade, e que se aproprie dos saberes ancestrais de cada povo, respeitando as singularidades de cada grupo étnico, sobre o papel do

“professor indígena” Azevedo (1995, p. 158), a expressão “professor indígena” são, “professores no sentido pleno, que são, ao mesmo tempo baniwa, tikuna, guarani etc., e que portanto se preocupam, enquanto professores,[...]” portanto, cada profissional desse tem a importante tarefa de conscientizar as novas gerações sobre afirmação da identidade e preservação das tradições.

A política educacional aplicada pelo o governo visava apenas a integração dos índios ,transformando-os em “cidadãos brasileiros” obrigados a deixarem suas tradições e forma próprias de ensino e aprendizagem para, isso como justificativa posteriormente se apropriarem das terras indígenas, pois alegavam não existirem mais índios, logo os territórios poderiam serem acupados e exploradas as suas riquezas natuarais. Segundo Silva (1999) além da pauta da demação das terras indígena esse movimento também ergue a bandeira da autonomia cidadã, onde os índios cobram mudança na relação do estado e em relação a essas povo relação, uma relação não mais assistencialista onde viam os índios como seres frágeis e que precisam de amparo e cuidado do Estado.

Em 1988 houve algumas conquistas do movimento indígena embora que na prática não tenha acontecido mudanças reais, mais aprovação da Constituição de 88 assegurou inúmeros direitos as populações indígenas no Brasil, como o direito fundamental a terra, educação, saúde, cultura e a tradição, podemos observar que só se tornou possível a inclusão desses importantes direitos na constituição através da organização dos indígenas, nesse estágio incia-se uma outra grande luta para o movimento indígena que é implanção e a garantia dos direitos conquistados, vemos ainda hoje, que os índios resistem e lutam por seus direitos, sabemos que foram muitas conquistas, entretanto se faz necessário reconhecemos muitas pautas a serem conquistadas e a terra ainda se torna um dos grande problemas para as populações indígenas brasileiras, pois apesar da constituição garantir como direito fundamental os processos burrocráticos, prolangam por anos os processos jurídicos das demarcações, acirrando a cada vez mais o conflito entre os índios e os grandes latifundiário que ainda invandemm as terras dos índios.

Desda forma, é importante reconhecemos o papel do movimento indígena pela conquista de direitos sociais nunca antes conquistados no Brasil, outra vitória foi afirmação de que existia diversidade no país, diversidade essa que desde o início tentaram apagar da história educando os nativos apenas para mão-de-obra

escravocrata e para a reprodução das ideologias do estado, de exploração das terras e das riquezas, o levante dos povos indígenas contribuiu para a desmistificação distorcida da imagem do índio no Brasil, uma vez que as alianças com a sociedade impulsionou aproximação dos índio na sociedade.

1.2- MOVIMENTO INDÍGENA KANINDÉ

No dia 20 de novembro de 2015, foi comemorado o centenário de resistência étnica do povo Kanindé de Aratuba e de Canindé, data que marca a chegada do povo Kanindé em 1915 na serra da Gameleira vindo do município de Baturité fugindo da seca e da expansão colonial, que expulsavam arbitrariamente os nativos de suas terras, esse momento reconhecem a árdua trajetória de sofrimento, medo, preconceito, e principalmente de resistência que enfrentaram mesmo com as pressões externas, se mantiveram firmes na luta em defesa do que acreditavam. Como nos descreve a liderança indígena que expressa a importância dessa comemoração “ Eu acho muito importante, Porque é renovando nossa cultura e nossa memória daquele ano pra cá, de tá completando cem anos em 2015, e isso pra gente é uma grande vitória”Bernado (2016), a fala acima nos permiti compreendermos a relevância da memórias, uma vez que é a partir das experiências históricas onde o grupo étnico se fortaleceu coletivamente em prol da afirmação de sua identidade indígena.

Segundo as lideranças o centenário representa a ancestralidade e principalmente a resistência do povo Kanindé, uma vez que permaneceram firmes na reorganização e afirmação da identidade indígena, esse evento também marca os cem anos da chegada dos ancestrais na região que segundo Cícero uma liderança indígena afirma que; “aqui já tinha gente espalhado pela região de Baturité, essa região toda nossos índios já estavam[...]”(CICERO/2016). Na fala da liderança podemos observar que assim como as outras etnias que existem no Ceará eles também passaram pelo processo de migração muitas delas forçadas, por inúmeros conflitos com os fazendeiros criadores de gado, que invadiam as terras para criação de gado e plantações.

O movimento foi organizado com objetivo de expressar os traços e a identidade indígena, onde os rituais que representa a estética cultural do povo como

a apresentação do Toré, a comida típica como o mucuzá. O evento realça a celebração aos antepassados que são reverenciados por meio da história, da dança, e da comida, a festa também significa agradecimento aos espíritos das matas e dos antepassados, ao pai Tupã que é a fonte de inspiração para a resistência. Conforme nos comenta Cicero uma liderança indígena diz que; “o ritual é uma festa de comemoração de um nascimento ou de morte ou de uma grande luta pela terra, por que não é só com alegria que vamos dançar o Toré, mais com a tristeza também [...]” (CICERO/2016).

Entre os Kanindé, o Toré é uma das principais práticas de identidade, uma vez que a dança possibilita a preservação de um símbolo diferenciador do povo, como também dos principais sinais de resistência, portanto é um referencial de identidade étnica do grupo. “O Toré é uma expressão lúdica e organizadora, íntima e emblemática, definida pelos indígenas como, tradição,” “união” e “brincadeira”, que é atualmente uma prática conhecida e presente nas maiorias das coletividades que se reivindicam o reconhecimento étnicos” (OLIVEIRA FILHO, 2004). Essa prática cultural assim como foi relatado anteriormente está presente inúmeros povos indígenas, mais é necessário atentarmos que cada povo tem suas singularidades, logo o ritual possui características de diferentes dependendo do grupo indígena que o pratique , pois é permeado de representações e significados diversos que são correspondentes aos valores étnicos de cada povo, para os Kanindé não é diferente, de acordo com Cacique Sotero o “Toré é a cultura da gente, é a forma da gente falar com os ancestrais,” para os índios do nordeste o Toré é o principal traço diferenciador.

Nessa perspectiva, compreendemos que o ritual tem uma intensa relação intercultural e está permeado pelos traços e elementos da cultura indígena se faz necessário, compreendermos que a dança se constitui de informações e características étnicas do povo, por isso ocupa lugar de grande relevância para os povos indígenas, pois é através do ritual onde se conectam com os seus ancestrais Segundo Magalhaes (2004, p.74) o ritual expressa:

sinais diacríticos evocados em mobilizações políticas de identidade indígena, este fenômeno social comporta interfaces semânticas que incrementam a complexidade de um ritual que pode ser visto como tradição sagrada de unidade étnica, espaço mediúnico de diálogo com espíritos ancestrais, ou mesmo a “brincadeira” dos índios.”

O “Toré é um ritual expressivo, vivo, envolvente e mexe com as emoções, com a subjetividade, com a intimidade, com a espiritualidade, com o que há de mais sagrado e até possibilita às pessoas mais sensíveis passarem para a um outro nível de consciência [...]” Cacique Sotero (liderança indígena/2016). Segundo Cícero a “dança para nós é um momento de alegria, quando nasce algum filho nosso, ou quando estamos completando algum aniversário, ou quando nos juntamos para agradecer por tudo que aconteceu durante a semana ou no ano”

De acordo com Cícero a finalidade da dança é juntar a comunidade para brincar e dançar o ritual, além de simbolizar a evocação aos ancestrais, fazem referencia a esfera espiritual, é praticado nos momentos de alegria a dança era uma forma de agradecimento ao pai Tupã pela força que disponibilizou ao grupo nos momentos de batalha, e também nos momentos de tristeza ou de luta para defender sua mãe terra, por que é ela transmite coragem para enfrentar a luta, em outras palavras o ritual é um instrumento de comemoração. Como descreve Cícero/2015 que o Toré é:

A invocação o nosso pai Tupã e os nossos antepassados para nos transmiti força no momento da batalha, ela é fundamental para fortalecer o coletivo, pois aquele momento tudo mundo tá dançando junto puxando as energias da nossa mãe natureza que é a terra, isso por meio das nossas matas, das caças e da água todo esse conjunto são invocado naquele momento e sem isso nós conseguiríamos nada.

Os Kanindé celebraram sua resistência coletivamente dançando o Toré, e convidando os moradores da cidade a se fazem presentes na solenidade juntamente com todos, observamos uma grande curiosidade da população local, que logo se agruparam nas ruas da cidade e na praça para acompanhar as atividades executadas. Percebemos o espírito de união onde todos juntos celebram dançando, lideranças, professores, alunos, e a comunidade. Momentos como esses demonstram que o reconhecimento perpassa pela auto-afirmação de sua identidade e práticas do cotidiano, logo podemos destacar que o “ser índio” é pela tradição e a cultura e principalmente por um sentimento de pertencimento. Como descreve a antropóloga Cunha (1986), em seu livro “*Antropologia do Brasil*” que o ser índio “depende tão-somente de uma auto identificação e do reconhecimento pelo o grupo.” Reconhecimento que compreendemos na imagem a seguir a partir do

sentimento de unidade compartilhada entre os integrantes no grupo étnico que juntos celebram seus sentimento coletivos.

Comemora-se também 20 anos de auto-reconhecimento e reorganização do movimento indígena Kanindé, conforme nos afirma Gomes (2012, p.95) que juntamente com os povos Pytaguary, Genipapo-Kanidé, Kariri, Tapeba, Tabajara, Tremembé, Potiguara de Monte Nebo reuniram-se no município de Maracanaú nos dias 27 e 28 de outubro 1995, onde debateram a importância da organização do movimento indígena do Ceará com reivindicação de reconhecimento de direitos sociais conquistados na constituição de 1988.

Segundo Gomes (2012) na oportunidade através das discussões feitas que se lembraram das histórias que eram contadas pelos os seus pais, quando eram crianças, pois sempre lhes diziam que eram índios por gostarem muito de estarem nas matas, brincando e caçando desde de pequeno, aqui percebemos a memória construída pela história de vida do grupo que sempre foi pensando no olhar que o outro teria deles, uma vez que a memória detém uma influência importantíssima para a construção da identidade que culmina na imagem do social do grupo ou dos indivíduos. Onde. Segundo Martins e Santos (2016, p.19,20) aponta que;

O processo de reconhecimento étnico do povo indígena Kanindé foi construído através de muitas superações e resistências principalmente quando a afirmação étnica do povo se desenrolou na luta pela demarcação da terra. Um dos principais conflitos relacionados a disputa pela terra ficou conhecido na memória do povo Kanindé como a “luta pela Terra da Gia”, quando em 1996, os Kanindé tiveram um grave conflito pela posse de suas terras com trabalhadores rurais da fazenda Alegre, que fica vizinho a aldeia dos Kanindé.

A identidade guarda símbolos que não se apagam, mesmo tendo que reorganizar as dinâmicas incluindo ou excluindo elementos, a identidade do povo Kanindé está suficientemente instituída a qualquer questionamentos externos, sendo capazes de preservar aquilo que os fizeram índios e o que lhes motiva a lutarem, defendendo sua identidade, suas tradições, através da união, guardando a memória coletiva étnica dos Kanindé, que foi referenciada no dia 20 de novembro de 2015 com uma grande passeata nas ruas do município de Aratuba-CE, onde reuniu na escola diferenciada Manoel Francisco dos Santos alunos, professores, lideranças e comunidade indígena.

Nesse dia foi marcada também como pauta de reavaliação o fim da discriminação e pré-conceitos em relação aos Kanindé no município, pois deste a auto-afirmação que são vistos com maus olhos pela população local, isso na escola, nos espaços públicos entre outras situações constrangedoras que esse povos passaram, de acordo com o antropólogo Kottak (2013) o preconceito e a discriminação surge do conflito étnico existente, onde os indivíduos desvalorizam por meio de julgamentos e atitudes a identidade do outro o colocando em patamares inferiores, criando assim estereótipos que são ideias fixas e erradas de um determinado grupo étnico, e isso foi feito em relação as populações indígenas que foram forçados a assimilarem outra identidade, as marcas desse processo cruel ainda estão vivas e o preconceito é uma delas. A fotografia a seguir demonstra o momento em que inicia a passeata na Rua Júlio Pereira em Aratuba por volta das 10:00 horas da manhã.

Figura 1: Organização da passeata de comemoração do centenário Kanindé



Fonte: Arquivo Pessoal

A imagem acima expressa inúmeras simbologias e a principal é a resistência, pois os Kanindé persistem na afirmação de sua identidade e de suas memórias, lembranças que estão presentes neste momento através das lideranças indígenas que se fizeram presentes nesse momento tão sublime, onde a temporalidade da memória permear gerações, personagens de grande importância para a organização dos Kanindé e um deles é “Cacique Sotero” como é chamado pela comunidade,

liderança que foi um dos grandes desbravadores da reorganização cultural e política dos Kanindé, logo sendo uma das principais fontes orais do conhecimento ancestral e da oralidade do povo Kanindé.

A presença de alguns professores indígenas ajudando as lideranças a puxarem a passeata é muito importante, uma vez que os mesmos são a principal ponte entre a escola e as lideranças indígena, ou seja, eles são responsáveis de transmitir por meio da educação escolar as tradições a cultura e principalmente influenciar as novas gerações a percepção do sentido da identidade Kanindé, pois “A etnicidade é a identificação e o sentimento de pertencimento a um grupo étnico[...]” Barth (1969) , logo é necessário os fazer compreender “que o tipo sanguíneo não vai lhe classificar se você é índio ou não, temos que levar na questão da tradição da cultura que nós dá força pra luta por aquilo que é necessário.” (RITA,2016). A fala expressada anteriormente reforça na imagem seguinte ante mostrar um motivo para luta e que é a terra o principal símbolo da identidade e a fonte da vida.

Figura 2: Faixa reivindica e diz não a PEC 215



Fonte: Arquivo Pessoal

Em inúmeros momentos da passeata as lideranças, e os professores se manifestaram contra a PEC denunciando publicamente a população de Aratuba

acerca dos reais interesses dessa mudança, que isso comprometeria a própria demarcação das terras dos Kanindé, uma vez que o processo ainda não foi concluindo. A passeata expressou toda a indignação e o repúdio do povo Kanindé em relação a PEC 215 que tornará inviável as demarcações de terras no país.

A PEC 215 que é uma emenda constitucional proposta por um deputado federal, do Partido da República (PR) no ano de 2000, a propõe mudar os artigos 49 e 231 da constituição federal, os quais fazem referência às competências do congresso nacional, 231 onde fala da responsabilidade das demarcações das terras indígenas ou tradicionais serem competência exclusiva da União, a proposta é mudar essa responsabilidade da união para o congresso nacional, isso implica na prática a inviabilização de futuras demarcações, em razão da substituição da análise técnica pela análise política: tirando as homologações da presidência da República para o Congresso Nacional, aonde impera quem tem mais poder. Como nos confirma o relatório feito pelo conselho indigenista missionário.

Passar a responsabilidade da demarcação das terras aos deputados seria o mesmo que dizer que os indígenas não possuem o direito originário. Porque os deputados iriam fazer negociações em cada demarcação, dizer se uma terra pode ou não ser demarcada. Todos sabemos que direitos não se negociam, se cumprem.

Na prática essa lei vem contra os direitos arduamente conquistados pela população indígena na constituição de 1988 que garantiu o direito a terra como sendo um direito fundamental, caso a PEC 2015 seja aprovada dificultará muito as demarcações, uma vez que muitos deputados federais são adeptos as políticas latifundiárias e as demarcações chocam com esses interesses que é “Chamada Bancada Ruralista”, onde os deputados se aliam nas votações para defenderem seus interesses particulares, a bancada ruralista é formada por grandes fazendeiros, empresários do agronegócio e políticos que são contra a demarcações.

Atualmente essa emenda constitucional embora sendo considerada inconstitucional por alguns deputados que são favorais a causa, foi aprovada na comissão de constituição e justiça do Senado Federal, após a pressão do movimento indígena debater a proposta, foi uma comissão, onde incluiu-se indígenas, deputados e a sociedade para discutir a temática, mas o processo ainda

continua tramitando pelo Senado Federal e a qualquer momento poderá vir ser colocada como matéria para aprovação na plenária do Senado.

Figura 3: Dança do Toré enfrente a prefeitura



Fonte: Arquivo Pessoal

Neste momento o cortejo pára em frente o poder executivo do município prédio da prefeitura de Aratuba, professores, alunos, lideranças e a comunidade indígenas, externam suas reivindicações através da dança do Toré entoando a ancestralidade demonstrando sua identidade para a população local, isso foi um marco na histórias dos Kanindé, pois foi a primeira vez que a comunidade ocupa as ruas do município em protesto, no ensejo algumas lideranças entregaram uma carta de reivindicações ao prefeito da cidade na qual cobram do prefeito o reconhecimento simbólico do município da identidade indígena Kanindé, revindicando a inclusão da história dos Kanindé à história do município, uma vez que os mesmos fizeram história e memórias na construção de Aratuba, como diz a liderança indígena em suas lembranças quando por volta de 1940, ele descreve as dificuldades de se chegar ao município, pois não tinham estradas e em algumas situações era necessário por questões de saúde sair em busca de médicos no município Baturité, essa data mostra que os Kanindé antes da emancipação política da cidade que aconteceu em 1957 já habitavam as terras do município, ou seja, contribuíram para a construção

da história local, mas infelizmente foram apagados dos relatos históricos oficiais do município.

Figura 4: Concentração na praça da matriz de Aratuba.



Fonte: Arquivo Pessoal

A fotografia acima demonstra um dos últimos momentos da passeata, onde todos se concentraram em frente à igreja católica e a Câmara dos Vereadores o poder legislativo municipal, onde foi protocolado uma cópia da carta entregue ao prefeito com os principais pontos de reivindicações do povo Kanindé, o momento descrito acima recorda uma oração feita pelas lideranças indígenas após a finalização do Toré, a composição do ritual está da seguinte forma, os alunos, professores e a comunidade fizeram um círculo maior no entorno da praça, onde permaneceram em silêncio, as lideranças comunidade e da escola estão no centro do círculo, invocando suas orações e entidades em favor dos Kanindé como por Aratuba, nesse momento foi rezado uma ave maria que caracteriza a religião católica e fizeram uma oração protestante. Isso nos remeteu a uma reflexão acerca do quão cruel foi o processo catequizador para os indígenas, uma vez que foram obrigados a se tornarem católicos vestígios coloniais que se torna difícil de esquecer, porém se formos observar a realização desse momento encontramos inúmeros elementos significativos que expressão tanto a individualidade dos sujeitos

como o coletivo do povo, um exemplo, é adoração a seus ancestrais que também invocados e agradecidos pelos cem anos resistência e luta do povo Kanindé, demonstrando sua identidade étnica religiosa, demonstrando também que apesar suas religiões individuais existem elementos que unir a comunidade e a dança é esse traço de união que reforça a importância de sempre estarem juntos e unidos em prol da sua identidade.

Para muitos estudiosos sobre a temática da religiosidade indígena no Brasil, consideram que esse entrelaçamento religioso nas práticas indígenas pode ser considerando “sincretismo religioso”. Segundo Ribeiro (2012) o sincretismo religioso chega ao Brasil por meio do contato estabelecido entre os indígenas e portugueses onde foi imposto o cristianismo aos mesmos fazendo uma interculturalidade religiosa, mesmo esses sistemas religiosos sendo antagônicos entre si, com esse contato forçado inúmeros elementos religiosos foram sofrendo influências externas entre si, levando a incorporação de algumas práticas por determinado grupo, isso podemos perceber em relação à imagem anterior a qual descrevemos no ritual onde foi incorporado orações invocações a outros seguimentos religiosos demonstrando que o sincretismo se comporta criando nova roupagem por meios dos elementos religiosos adquiridos pelo grupo no decorrer da vida, através das relações culturais e religiosas estabelecidas. A esse respeito Cacique Sotero/2015 nos relata que:

Aqui isso não importa se católico, índio ou evangélico nos deixamos todos a vontade não discriminamos, pois se nos discriminar também seremos discriminados, agora se eles quiserem dança o Toré com conosco eles rodam, fazem do jeito que acharem melhor, isso eu tenho percebido aqui na nossa comunidade que fazem uma parte que é comum, mais teve uma coisa que eu estranhei aqui mais passou-se que aquela coisa de espiritismo foi muito forte e o diretor quis tirar o tambor que uma tradição ser usado não Toré, isso eu achei muito estranho em ter tirado da escola, mais está continuando as crianças quando vão começa a escola todos aprendem a contar os cânticos tradicionais nosso, e isso é uma tradição, nos não temos nenhuma discriminação sobre esse negocio de religião, mais temos o nosso sistema eu tenho muita admiração nessa tradição do nosso pai Tupã, e também aprendi com os caciques e pajés a importância de preservar a nossa invocação ao pai Tupã, mais não adianta criarmos conflitos com os outro não, por que é uma tradição e cada um deve saber o que realmente é importante.

Nos relatos do Cacique Sotero percebemos que as lideranças deixam as pessoas livres para escolherem qual religião querem, mais alertando os mesmos

que a tradição ancestral é o culto ao pai Tupã, percebemos que as lideranças Kanindé sempre prezam pela coletividade tentando mediar os conflitos de uma forma que todos possam se sentirem livres para escolherem qual religião querem seguir, é interessante quando Sotero diz que, “isso eu tenho percebido aqui na nossa comunidade todos nós fazemos uma parte que é comum” observamos a sensibilidade do Cacique que entende que não por que alguns índios são católicos ou evangélicos que deixam de ser índios, mais existe algo comum a todos eles o que os fazem ser um grupo, e isso é identidade indígena é o sentimento de serem de uma mesma linhagem étnica embora que alguns não consigam enxergar isso, de acordo com Cicero isso não gera grandes conflitos, uma vez que eles sempre prezam pelo respeito mútuos aos membros da comunidade.

De acordo com Ribeiro (2012) essa transmissão de elementos não acontece de forma aleatória e sim, por meio de uma hierarquização religiosa, aonde a religião dominante sobrepõe colocando as demais como inferiores, claro que a religião dominante também sofreu influências das outras existentes, mais isso não considerado, pois a religião dominante é colocada como sendo a verdade absoluta se tornando inquestionável ou não assimilável, quando na verdade aconteceu diferente onde catolicismo também foi influenciado pelas práticas culturais indígenas que estão permeadas também de religiosidade, prática essas que encontrou na oralidade e nas experiências dos mais velhos os meios necessários para sua existência.

Na visão das lideranças Kanindé o respeito sempre deve prevalecer independente da situação, os conflitos devem ser sanados através do diálogo sempre, nunca impondo nada a ninguém respeitando a individualidade de cada indivíduo da comunidade, como descreve Cicero (2016), a solução de alguns problemas que aconteceram na comunidade em relação à questão religiosa:

Quando a escola começou funcionar no prédio atual, existia uma igreja evangélica próxima à escola, onde todas as terças-feiras haviam cultos e paralelamente tínhamos nossas danças aqui também a noite, então para não haver nenhum conflito chamamos eles e dissemos na terça vocês vão fazer o seu culto com os instrumentos de vocês, então deixamos de fazer nossos rituais esse dia, outro problema foi em relação alguns professores indígena na terça-feira era dia deles estarem lá no culto mais tinha aula a noite, mais negociamos adequando o horário da escola de uma maneira que possibilitasse a esses professores estarem em seus cultos, ou seja, deixávamos eles bem a vontade, também a situação em na hora da

dança muitas crianças ficavam sentadas, só olhando as outras brincarem, nos sempre respeitamos.

O relato da liderança reforça o sentimento de que a coletividade sempre será mais importante, e que pelo fato de serem evangélicos, católicos, não deixam de serem, por que o importante é o sentimento de pertencimento da identidade coletiva do grupo, ou seja, a cultural, a memória e a ancestralidade são mais relevantes no processo de afirmação enquanto indígenas, o essencial é intensificar as lutas através da união dos Kanindé lutas como o direito a cultura, ao respeito e dignidade perante a sociedade brasileira. A imagem a segue representa uma homenagem destinada aos “troncos velhos” da comunidade.

Figura 5: Homenagem da escola indígena as lideranças.



Fonte: Arquivo Pessoal

A imagem externa um acontecimento significativo, onde a escola Manoel Francisco dos santos ao homenagear as lideranças indígenas pioneiras na resistência e na luta pelo reconhecimento étnico do povo Kanindé, foi um momento em que ao agradecerem aos mesmos a coragem que tiveram em lutarem por aquilo que acreditavam, na oportunidade foi entregue uma placa com os nomes das lideranças das duas comunidades a de Aratuba e de Canindé.

Essa eventualidade representa simbolicamente a reverência que a comunidade tem em relação às lideranças que são as principais fontes de memórias orais que ligam as gerações ao sentido de pertencimento a identidade étnica, onde “A memória dos velhos pode ser trabalhada como mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura” BOSI (1924, p.15). Logo é indispensável à conscientização dos jovens da relevância de seu envolvimento com a identidade de seu grupo, segundo Bosi (1924) isso só é possível com a criação de “mediadores formalizados” de transmissão da cultura, religião como os valores morais e étnicos do povo, criando um sentimento de unidade étnica, nesse estágio os mesmos reconheceram sua indianidade e a dos troncos velhos nesse processo.

Por fim após o cortejo na cidade retornamos a Escola Francisco Manuel dos Santos, onde aconteceram mesas de discursões acerca da importância do centenário como forma de reflexão no histórico percurso trilhado pelo povo Kanindé, houve uma avaliação das conquistas, e das árduas lutas desencadeada durante processo de reorganização do povo, estiveram presentes as principais lideranças indígenas que iniciaram suas primeiras palavras explicando as mobilizações de identidade indígena, evidenciando a luta pelo reconhecimento da terra, pela construção da escola indígena diferenciada, pelo posto de saúde na comunidade e muitas outras conquistas.

A resistência do povo Kanindé, deixou sua marca em Aratuba onde reafirmaram sua indianidade expressando a importância da memória nesses cem anos de determinação na defesa de sua diversidade cultural, na pluralidade diferenciada como também na importância da união de todos nas lutas futuras, pois juntos se tornam mais fortes, assim terão forças para resistirem e persistirem por mais, cem anos, uma vez as lutas não acabarão, elas são constantes por direitos, por respeito e por dignidade, essa data ficará marca na história de Aratuba onde as juventudes Kanindé declararam em passeata nos rua da cidade que darão continuidade ao trabalho desempenhado por seus “troncos velhos”. Sobre a luta Bernardo diz que:

A luta continua e há muitas batalhas que precisa ser travadas eu acho que hoje seja mais fácil pro que hoje tem mais gente para ajuda e lá atrais era mais pouco, sabemos que sempre vai precisar de pessoa para luta com os

posseiros que querem tirar a nossa terra, e existi gente hoje muito mais forte do nós, mais novo que são as futuras gerações de lideranças[...].

Como descrito pela liderança acima a sociedade brasileira hoje está no processo de reconhecimento da diferença dos povos tradicionais, e as novas gerações tem uma grande papel de intensificar as mobilizações em defesa da terras principalmente os indígenas do nordeste onde grande parte dos territórios indígenas ainda não foram demarcados no estado, em semelhante situação estão as terras dos Kanindé de Aratuba e Canindé, portanto a situação se torna preocupante, uma vez que das trezes etnias existente apenas uma tem sua terra reconhecida pelo o governo federal, isso nos permitir dizer que ainda muitas lutas precisam e deverão ser travadas para que a efetivação do direito a terra seja consolidado de fato no país, visto que só é possível a construção da pluralidade étnica de um povo, através do território, uma vez que o mesmo também é permeados de significado de identidade e sinbologias.

2. O POVO KANINDÉ E SEU PROCESSO EDUCATIVO.

Os primeiros movimentos educativos nos Kanindé iniciam em 1999, quando começaram articulações de reconhecimento dos índios Kanindé que também reivindicavam juntamente com o movimento indígena em âmbito nacional pelos direitos de uma educação especifica e diferenciada para suprir as necessidades educacionais do povo. Enfrentaram então os primeiros passos para a conquista da tão sonhada escola que tinha como princípios a reafirmação da identidade do povo, como também alfabetização de crianças indígenas através da história e da oralidade ancestral indígena

Assim como entre os Kanindé de Aratuba em 1980 a educação escolar indígena no Brasil passou por grandes mudanças, pois os mesmos conquistaram o direito a uma educação escolar diferenciada na qual tinha por objetivo resgatar suas memórias ancestrais, sua cultura e a língua, essa proposta objetiva ser uma forma de transmissão de conhecimento, onde haveria a institucionalização através da escola e também por meio de conteúdos sistemáticos que seriam repassados em sala de aula com pedagogias educacionais que atendesse as demandas da pluralidade indígenas com uma escola comunitária e intercultural, comunitária

visando atender aos anseios da comunidade que lutasse pela resistência de sua identidade indígena, intercultural porque vivem diferentes culturas e etnias num mesmo território, portanto percebe-se a importância da consolidação de uma educação que atendesse a autonomia e principalmente a respeitar os povos indígenas e suas organizações social e religiosa, dando-lhes autonomia na construção de seus próprios processos de ensino, segundo Martins e Santos (2015, p.25) ponderam que o povo Kanindé buscavam uma escola que:

[...]que pudesse contribuir com continuidade da cultura do povo Kanindé e oferecer a alfabetização de qualidade para os jovens indígenas, para que todos tivessem possibilidade de conhecer a história da comunidade, as suas origens, por meio do acesso à educação escolar dentro da própria aldeia, provendo oportunidade e visão de futuro as futuras gerações Kanindé. Uma escola que nos ajudasse a desenvolver um projeto de formação educacional diferenciada e específica para suprir as necessidades locais, uma “escola do nosso jeito” (Cacique Sotero), pois só assim os índios Kanindé poderiam amenizar o grande preconceito que assolava a comunidade vinda tanto de outros seguimentos da sociedade envolvente, como também da própria comunidade.

Inicialmente a escola indígena funcionava nas casas dos próprios professores (as) indígenas e das lideranças, de acordo Martins e Santos (2016, p.25) a educação foi incentivada pelos os docentes Suzenilton Santos, Terezinha Barrozo e a liderança Benicio Lourenço após participarem de um seminário no CETREX (Centro de Treinamento em Extensão Rural) em Caucaia sobre educação escolar indígena no Ceará no ano de 2003. Segundo Ivoneice (Professora/2015)nos aponta que algumas vezes até embaixo de árvores as aulas aconteciam, uma vez que não havia prédio para abrigar a escola, a demanda de alunos que procuravam a escola só crescia isso por conta dos inúmeros casos de pré-conceitos vivenciado pelas crianças indígenas nas escolas tradicionais, logo a demanda impulsionou a criação de duas salas de aulas, que foram construídas com os próprios recursos da comunidade. Segundo Bernardo (Liderança Indígena, janeiro,2016) diz que; “Nós trabalhávamos homens, mulheres e meninos nessa época todos trabalhávamos juntos, e nos fizemos o Colégio que hoje esse Colégio ainda tá, que ficava na partir de cima da comunidade onde ele ainda está de pé até hoje.”

Com o crescimento da demanda de alunos, foi preciso fazer uma diferenciação entre as salas de aulas e séries, as dificuldades eram grandes, uma vez que a comunidade não contava com um espaço adequado, foi preciso investir na

construção de mais três salas, nas quais através da divisão e ampliação foi possível introdução do ensino fundamental e médio. Sendo denominada de Escola de Ensino Fundamental de cima, e médio Fernandes de baixo, a Escola Manoel Francisco dos Santos só torna-se possível através da organização das lideranças e comunidade, que observando o crescimento do número de alunos da escola indígena, resolveram organizar um movimento com apoio dos pais, professores para articularem uma reunião na comunidade que com a presença do Secretário Municipal de Educação, e a Secretária Regional de Educação- CRED 8 de Baturité, as inúmeras negociações a pauta sempre era à construção de um prédio adequado as necessidades da comunidade, levando dados para esses órgãos a necessidade de implantação de uma escola diferenciada que atendesse pedagogicamente e estruturalmente os anseios e demanda da comunidade.

Em resposta as reivindicações do povo em setembro de 2006 inaugurou-se a então escola diferenciada que o povo Kanindé ansiava, onde tomaram consciência de que era necessário a organização e reivindica, reais mudanças no modelo educativo exercutado, assim como os Kanindé esse rompimento é perceptível no Brasil, onde as populações indígenas, lutaram pelo uma educação de diferenciada, esse período para (LUCIANO, 2006), “Foi um período de luta e de resistência indígena no Brasil, por um lado caracterizado pelo surgimento e pela atuação de lideranças indígenas carismáticas que com coragem e determinação, enfrentaram as forças colonialistas e integracionistas” esses sujeitos sempre resistiram pela a suas cultura e sua identidade.

A Constituição Federal de 1988-CF/88 garantiu às comunidades indígenas o direito de uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, pois a partir da CF/88, os índios deixaram de ser considerados como uma categoria social em extinção, e passaram a serem considerados como grupos étnicos diferenciados com direitos de manter suas tradições religiosas, organizações sociais de linguagens étnicas próprias. Em 1999 instituiu-se a primeira resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE, que objetivava a fixação das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena no Brasil, que surge com normas específicas para o funcionamento pedagógico diferenciado para atender as demandas coletivas dos inúmeros grupos étnicos, que por meio organizações sociais de resistência reivindicavam uma educação que

respeitasse a interculturalidade, diversidade e fundamentalmente as organizações sócio-éticas e política de cada povo. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena (p.376-377) a mesma tem por objetivos:

- a) Orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;
- b) Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas;
- c) Assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais; etc.

Todos esses objetivos surgem para atender aos anseios das comunidades étnicas, uma vez que cobravam junto ao estado um modelo educativo diferenciado que não pautasse a educação com ideologia assimilacionistas ou integracionista que funcionaram apenas como isolamento e o apagamento dos indígenas na sociedade, os mesmos almejavam uma educação de afirmação e de respeito as pluralidades étnicas, uma educação de reafirmação de identidades e valorização de seus próprios métodos de ensino e aprendizagem, uma vez que a educação para os indígenas não está somente atrelada a uma sala de aula, pelo contrário, os conhecimentos indígenas estão nas simbologias e representações étnica do povo, logo escola não tem que apagar esses elementos, e sim utilizá-los como instrumento de ensino para ajudar fortalecer a identidade dos povos nas subjetividades étnicas.

A escola diferenciada para os índios deve assumir o papel de valorização de suas culturas ancestrais, por meio da reverência aos mais velhos que são as principais fontes de conhecimento étnico, outra posição que a escola deve ocupar é a de autogestão de suas políticas educacionais, sendo um mecanismo estratégico para incentivar uma organização sociocultural de seus modos de ser e de ver o mundo ao seu redor, fazendo desta forma a reelaboração de significados e sentidos dessa educação que baseando-se nas especificidades culturais e linguísticas de cada povo.

Portanto, foi através da conquista de direito a educação diferenciada em âmbitos nacionais que emerge a escola diferenciada de ensino Fundamental e Médio Manuel Francisco dos Santos, que surge da necessidade do povo Kanindé de Aratuba-Ce, de reforçar a organização sócio-política do movimento indianista do povo, da saúde indígena, como também em resistência da luta pela a demarcação da terra, que sempre foi uma das principais causas dos conflitos e das violências praticadas contra as populações indígenas no Brasil, e nos Kanindé não foi diferente como nos comenta uma liderança indígena, quando perguntamos se houve conflito na conquista da terra e ele diz; “sim houve e ainda existi, pois nos lados da terra ainda há inúmeros posseiros”. Bernando, (Liderança Indígena, janeiro/2016).

Por meio da pesquisa realizada na escola podemos observar que a educação escola entre os Kanindé significa resistência, ou seja, é a estratégia utilizada para se manterem vivos, para se afirmarem enquanto índios, de valorizar suas narrativas históricas, suas culturas como seus meios próprios de relacionamentos com a comunidade em vive, como também outras comunidades, é a forma de engrandece seus rituais seus processos próprios de viver com a diversidade, de acordo com BONIN (2000, p.2) afirma que educação é:

[...] É a afirmação da existência de distintas formas de educar construídas historicamente pelos povos indígenas. A educação indígena compreende os processos pelos quais esses povos garantem sua continuidade, reproduzindo e reconstruindo a identidade, a tradição, os saberes, os valores, os padrões de comportamento e de relacionamento, na dinâmica própria de suas culturas. A educação é um processo que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e mecanismos próprios em cada cultura. Os povos indígenas possuem espaços e tempos educativos dos quais participam a pessoa, a família, a comunidade e todo o povo. Deste modo a educação é assumida como responsabilidade coletiva.

Na citação anterior podemos destacar a importância de compreendermos que a educação indígena Kanindé não está atrelada apenas a uma forma de aprender, mais pelo contrário, no processo de ensino e aprendizagem também está ligando as relações sociais e culturais exercidas em comunidade, pois as crianças desde cedo visualizam na figura de seus pais e dos velhos da comunidade, que a cultura e a história estão para além dos muros físicos da escola, uma vez que a escola não tem o papel de formar índios para serem índios, a mesma deve conduzir o processo de aprendizagem demonstrando aos seus alunos a história e cultura do povo, mais a escolha de afirmação é do individuo em reconhecer que todo aquele conteúdo

exposto faz parte da sua vivencia cotidiana, e que esse reconhecimento possa produzir nela significado para prática isso em suas relações e vivencias na comunidade.

Pensando nesse debate que perguntamos às professoras entrevistadas, *Como elas tem percebido a escola influenciando as crianças na formação de sua identidade indígena?* E Rita nos respondeu que:

Sim, com frequência percebemos, pois sempre organizamos movimentos, rodas de conversas como projetos realizados dentro da comunidade e o ponto forte desses projetos é o fortalecimento dos alunos e da comunidade e eu vejo essa presença muito forte tanto dos alunos como também da comunidade dentro dos movimentos indígenas na própria aldeia, e que antes não existia tanto. Hoje vejo que nosso dever como professor é incentiva os alunos pra que eles não terminem os estudos seus e vá trabalhar em Fortaleza em um trabalho qualquer, mas que eles pensem em contribui dentro da comunidade.

Logo, compreendemos nesse relato a necessidade de se trabalhar com os alunos a importância dos papéis desempenhado pelas lideranças e professores, para que isso possa incentivar o interessar dos mesmos a desenvolverem trabalhos dentro da comunidade, uma vez que uns dizem querer ser médicos, enfermeiros e professores, todavia também existe uns que dizem não querem se tornar lideranças mais seguir na vida acadêmica, mais tem outros que querem ser lideranças e conseguir melhorar a vida da comunidade, observamos que independe da profissão desejada pelos alunos o importante é aflorar por meio da educação o sentimento de coletividade nesses jovens, para os mesmos passam deixar sua contribuição na comunidade, como médico, enfermeiros ou professores, pois a juventude é o futuro dos Kanindé, e a preparação dos mesmos para as futuras lutas é primordial.

Portanto obeservamos a necessidade de compreendermos a importância das ações coletivas, pois a educação Kanindé não é uma conquista de uma pesssoa mais de várias com a Terezinha Barroso, Suzenilton Santos, Valdelia Gomes, Nelma Batista, Elenilson Gomes, Suzenilson Santos. Como também Cacique Sotero, Cicero Pereira, Pajé Maciel, José Maciel, José Francisco que se empenharam bastante para a conquista de uma educação diferenciada e que podesse pauta a história e a ancestralidade como diretrizes pedagogicas.

Nesse sentido Bonin (2000, p.4) analisa que a educação coletiva pressupõe a “participação na vida cotidiana, acompanhada de perto pelos exemplos e palavras educativas, as novas gerações vão sendo integradas ao coletivo ou a identidade, que é coletiva e dinâmica” complementando a citação anterior a professora Ivoneice pondera que:

Sim, já vejo mudanças por que logo no início quando eu comecei aqui na escola indígena que não esse prédio, eu ensinava debaixo das árvores nas casas dos vizinhos, a gente percebe a diferença de lá para agora, pois antes muitas crianças cresciam com o entendimento de que não eram índios e diziam que aqui no Fernandes não tinha índios, mais, no entanto as famílias existente na comunidade que dizem que não são índios, mais todos somos de uma única família e viemos do mesmo lugar, essas crianças estavam crescendo desse jeito não se reconhecendo enquanto tal, com o trabalho cultural desenvolvido pela a escola hoje as crianças, jovens, velhos , ou seja, toda a comunidade dizem que são índios.

Portanto, podemos perceber o papel de extrema importância da atuação da escola diferenciada na afirmação étnica das crianças, pois no relato da professora observamos quando a mesma diz que antes da escola muitas crianças e jovens e até adultos da comunidade não reconheciam sua indianidade, após a implantação da escola e com sua políticas voltadas para o cultural e os projetos diferenciados se trabalhou fortemente com as novas gerações e comunidade levando os a compreenderem o significado de ser índio e a importância de se reconhecerem em qualquer espaço que for necessário, com isso reconhecemos o desempenho da escola Indígena Manoel Francisco dos Santos fortalece o sentimento de resistência em favor do direito ser diferente, mesmo com todas as dificuldades em relação ao estado que não flexibiliza o currículo das escolas diferenciada como também a própria gestão escolar que deve os anseios da comunidade respeitando a história e a ancestralidade. A segue visualizaremos uma imagem do atual prédio da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos em Aratuba.

Figura 6: Escola Diferenciada Manoel Francisco dos Santos



Fonte: <http://escolakaninde->

A imagem acima é o atual prédio da Escola Indígena Manuel Francisco dos Santos localizada na comunidade dos Fernandes em Aratuba, a instituição conta com Ensino Fundamental, Médio e o EJA, conta com uma estrutura de dois andares com 8 salas de aulas, diretoria, secretária, sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), sala de informática com 10 computadores, sala para reuniões, 4 banheiros e cantina, tem um quadro de 18 professores, onde quatro professores trabalham com o EJA (Educação de Jovens e Adultos), 186 alunos matriculados nos turnos manhã e tarde.

Demonstraremos a seguir alguns projetos e atividades desenvolvidas pela escola diferenciada, isso nos possibilitará compreender o processo formativo pelo qual passam os alunos indígena, uma vez que a escola tem o importante papel de formar sujeitos culturalmente para a comunidade em que está inserido, isso nos permitirá entendermos até que ponto a instituição tem utilizado os espaços possíveis para a resistência, uma vez que é nesse ponto que encontra a diferença de seu curriculum em relação a outras escolas tradicionais brasileira.

O **Projeto Tempo comunidade**, foi criado por necessidade dos professores indígenas que estavam cursando o MISI PITAKAJÁ ³, um que vez que o curso, acontecia na segunda semana de cada mês e no interior das aldeias envolvidas na

³ MISI PITAKAJÁ: é curso superior, onde tem por objetivo formar professores para lecionar no ensino fundamental e médio nas escolas indígenas diferenciada dos respectivos povos envolvidos na formação, o diferencial desta formação é que as aulas acontecem no interior das aldeias e quem diz quem está apto a formação é a própria comunidade, respeitando deste modo a autonomia das comunidades envolvidas, no magistério superior para os povos pitaguary, tapeba, kanindé, jenipapo e anacé todos envolvidos em busca da qualidade da educação indígena no interior de suas aldeias.

formação, nessa perspectiva não havia professores suficientes para substituir esses que iriam para as formações. Com isso incrementaram uma nova proposta metodológica para a escola que garantisse o padrão de qualidade de ensino da escola e sobre tudo o diferencial da escola que é o ensino da cultura e história do povo, para isso procuram uma fundamentação legal que viesse a garantir as especificidades da educação escolar indígena, com isso fundamentaram o projeto no artigo 210 da constituição federal (Título VIII, Capítulo III, Seção I), que assegura que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Com isso objetivavam a inclusão dos alunos no convívio da aldeia, compreendendo as relações estabelecidas no cotidiano para assim pensarem seus projetos de vida, os alunos eram organizados em grupos nos quais cada equipe tinha seu tema de pesquisa e seu orientador, todas as temáticas de pesquisa abordavam os contextos locais da comunidade e as principais fontes de informações eram as famílias, os troncos velhos e as lideranças, na semana seguinte os alunos tinha que apresentar em sala de aula as pesquisas realizadas e resultados encontrados no durante o período da pesquisa. Como vemos a imagem a seguir atividade ocorrida entre os dias 01 a 05 de fevereiro de 2016, na residência de uma liderança, com alunos do ensino fundamental e médio.

Figura 7: Atividade do projeto Tempo Comunidade com aluno do fundamental e médio.



Fonte: <http://escolakaninde-indio.blogspot.com.br/p/jornal->

Através da pesquisa realizada podemos reconhecer o quanto é importante esse trabalho dentro da proposta de educação diferenciada, uma vez que a integração da comunidade e a escola se torna fundamental na construção eficiente desse processo educativo, como disse a coordenadora pedagógica “que este programa está impulsionando um processo de ensino e aprendizagem de nós mesmos enquanto povo Kanindé”, influenciada na autoafirmação das novas gerações, para assim continuarmos preservando a sua identidade étnica.

Oficinas de Artesanatos: Segundo Ivoneice “o artesanato é um importante ponto de identidade que vem fortificando o povo Kanindé, pois não se pode deixar morrer os costumes e as memórias dos trocos velhos”, essa proposta surge para garantir a integração e a transmissão do saber, uma vez que isso deve ser passado hereditariamente de pais para os filhos de geração em geração. Com isso foi implantada dentro da escola diferenciada as oficinas de artesanatos, aonde os mais velhos vão ensinar aos jovens a confeccionar as peças como cocás, pulseiras, colares, brincos os próprios saiotes que são usados em momentos específicos de apresentações e entre outros objetos.

O projeto acontece de duas formas, onde os professores levam as lideranças artesãs para as suas aulas na escola, e em outro momento os alunos vão até o centro de artesanato da comunidade que fica localizado na Aldeia Fernandes, onde trabalham homens e mulheres, mas, cada um no seu espaço específico, pois os homens trabalham fazendo peça de madeira, como colheres, maracas e etc..., já as mulheres trabalham com sementes, penas de aves e o crochê. Como podemos observar nas imagens a seguir, em uma exposição promovida pelo museu Kanindé e a escola com alunos do ensino fundamental e médio, isso com iniciativa dos próprios alunos após o contato dos mesmos com a comunidade através do projeto tempo comunidade;

Figura 8: Tereza Kanindé (artesã penas de aves e colares)



Fonte: <http://mkindio.blogspot.com.br> 12-06-2016

Nesse aspecto, compreendemos a importância desse projeto, pois essas peças detêm um grande significado na representação da identidade de um povo, tal como a cultura que é permeada de símbolos e representações assim são esses objetos, cheios de significados de extrema importância na memória desse grupo étnico, onde cada um possui uma finalidade tanto para os indivíduos quanto para o grupo. O artesanato é uma forma de manter vivas as práticas culturais desenvolvidas pelos antepassados, por isso a grande relevância da aplicação dessas oficinas, como forma de preservar e transmissão para os jovens, para guardarem as práticas e repassarem para seus filhos e posteriormente para seus netos.

Jovens Lideranças Indígenas: “Conforme nos relata IVONEICE essa “proposta surge da necessidade em dar continuidade a luta de resistência do povo Kanindé”, uma vez que as lideranças estão ficando velhas e morrendo”, por isso é de extrema importância preparar jovens para passar adiante as lutas e resistência do povo, esse trabalho é desenvolvido pela escola juntamente com as lideranças da comunidade, onde o principal objetivo é a formação de novas lideranças através da juventude, que cada vez mais estão se colocando a disposição na autoafirmação de suas identidades indígenas. Nesses momentos os jovens têm a oportunidade conhecer a função desempenhada por cada liderança dentro e fora da comunidade, é interessante como nos diz Ivoneice “ver que eles manifestam empenho em quererem de serem futuras lideranças, e de atuar em outras profissões, na qual poderão melhorar a vida da comunidade e de seu povo” resistindo à tradição ancestral preservando os símbolos de identidade.

Em nossas visitas na escola tivemos a oportunidade de observar a relevância e profundidade em que o projeto tem tomado na vida cotidiana desses jovens, uma vez que tem impulsionado uma organização sociocultural e políticas desses sujeitos, com isso vemos inúmeros resultados positivos onde os próprios alunos representando a comunidade dos Kanindé em eventos no Ceará como no Brasil, construindo uma bagagem histórica e política, isso percebemos na fala da coordenadora quando perguntamos se o projeto tem impulsionado uma organização sociocultural desses jovens;

Com certeza, por que nos viemos de todo um processo desde, o período que estamos trabalhando o diferenciado, então a sociedade precisa conhecer a nossa história e quem são os Kanindé de Aratuba, então a escola indígena vem trabalhando para a sociedade ver o crescimento da escola e que assim a mesmo tenho o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido através das estratégias e metodologias de trabalhos da escola de Aratuba, na formação de jovens críticos e com entendimento de quem são. (IVONEICE, Coordenadora Pedagógica, Janeiro/2016).

Conforme as palavras expressadas acima, esse trabalho tem impactos positivos não somente na comunidade, mas, também fora dela, uma vez que esses sujeitos serem a próxima geração, logo de grande importância a reafirmação de sua identidade e com isso a sociedade reconhecerá a importância e o excelente trabalho desempenhado pelos professores, alunos e lideranças, ou seja, desta forma irão respeitá-los como sendo diferentes, isso é de grande estima na extinção do preconceito existente em relação à diversidade existente em suas práticas cotidiana. A professora Rita fala sobre a importância do projeto para a continuação do povo Kanindé, uma vez que se torna primordial preparar a juventude para serem as futuras lideranças, a esse respeito descreve que:

[...] Sempre é repassado pelo os mais velhos e os trocos velhos, que eles estão se indo e a gente tem que formar essas novas lideranças que elas estejam preparados pra quando chegar esse momento eles possa está assumido, por isso consideramos importante os jovens estarem ali trabalhando com eles pra saber como eles fazem para quando chegar o momento o jovens posso ocupar o papel da liderança [...].

No relato observamos a forma como a professora frisa a importância do projeto, ou seja, reconhecendo que as lideranças um dia vão morrer e que a

juventude precisa se apropriar da memória ancestral que hoje eles repassam para que assim o povo Kanindé possa ter sua continuidade no futuro, uma vez que a luta é constante em conquista espaço e direito na sociedade, espaço esse que é negado cotidianamente, onde sempre é necessário que esses sujeitos se imponham e reafirme sua identidade o tempo todo, para que seu lugar não seja sufocado e seus direitos arbitrariamente negados, por isso é de extrema relevância a conscientização da população jovem Kanindé da sua responsabilidade étnica e social no futuro para com o seu povo como também os seus ancestrais.

Inclusão digital: Essa proposta incrementa esse conhecimento tecnológico não mais como fonte pesquisa, porém como aula obrigatória no curriculum escolar, os alunos estudam o conteúdo da informática e a nota dele vai também para o histórico, isso serve como incentivo para outras disciplinas que é necessário o uso da tecnologia. Este trabalho é desenvolvido não só com apoio da escola, mais com a secretária de educação do Ceará por intermédio da sua CRED 6- no Maciço de Baturité.

Vemos que essa atividade é de extrema importância na preparação dos jovens para o mundo do trabalho e também para a atuação no movimento de resistência e luta pelos os direitos indígenas, vemos que a escola diferenciada tem sim, papel de forma nesses indivíduos na cultura indígena para assim influenciar na construção do caráter identitário desses sujeitos, dessa forma entendamos que não é porque os mesmos aprendam a lidar com essas novas ferramentas que deixam de “ser índio” ou indivíduos detentores da identidade étnica indígena.

Inclusão de disciplinas diferenciada no currículo: A escola vem desenvolvendo desde o ano passado, a inclusão de disciplinas voltadas para a comunidade esse conteúdo diferenciado, onde se faz o debates acerca da diversidade cultural e da especificidade étnica do povo, marcando assim a diferença entre a escola indígena e a escola convencional, como foi preciso se pensar em uma diferente como professores e materiais de didático, uma vez que as disciplinas foram incluídas dentro currículo pedagógico da escola, e entre as disciplinas diferenciadas estão as disciplina de Direito e legislação Indígena Cultura e arte Indígena, Expressões corporais e Espiritualidade.

Essas disciplinas na sua base teórica estão à consulta as lideranças e dos troncos velhos, isso acontecem através de visitas onde os professores levam os alunos até as casas dos mesmos, como o Pajé e Cacique, pessoas que foram os pioneiros no desbravamento e defesa dessa história e identidade Kanindé. Os alunos extraem as informações por meio de entrevistas, onde os mesmo dialogam sobre as temáticas com a intenção de apropriar-se das informações repassada, para assim poderem se afirmarem no futuro. Podemos perceber que a escola indígena para o povo Kanindé se tornou um mecanismo de luta e resistência, pois a partir da instituição que se investe comode formação étnica de afirmação da identidade indígenas, os esforços da gestão quanto das lideranças indígenas é que seu método pedagogico fosse voltado para as gestões história e ancestralidade indígena, podemos supor que os inúmeros projetos aqui colocados todos assumiam o papel de fortificar a interação entre comunidade escola e lideranças para assim contribuir para o crescimento coletivo da comunidade, buscando fortificação da luta e da resistência sempre alerta.

3. A HISTÓRIA COMO MÉTODO DE ENSINO DIFERENCIADO.

A disciplina de história teve sua origem na França no XIX, onde tinha como principal objetivo a construção do Estado Nacional moderno e sua identidade nacional, a disciplina foi implementada na base curricular brasileira por volta de 1838 no Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Em inúmeros períodos da história questionaram a utilidade desta ciência na formação do cidadão brasileiro, uma vez que a mesmos desde sua inclusão como ensino manteve-se preocupada apenas com a criação da identidade do estado nação elencando nos livros didáticos os heróis histórico que impulsionaram a construção das narrativas históricas dos sentimentos cívicos de nacionalidade, como descreve Bergamaschi e Medeiros em seu artigo intitulado *História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang*, onde diz que a “história se assentou numa narrativa marcada por eventos que encaminhavam a construção de um sentimento de nacionalidade, cujos heróis desfilavam nos livros didáticos.” Bergamaschi e Medeiros, (2010, p.8), em grande parte do século XX a história manteve-se pautada nesses parâmetros ocidentais de nação, sem debater o seu papel de relevância na

construção de uma sociedade politicamente consciente das transformações sociais necessárias, para a conscientização dos indivíduos sobre os processos históricos, que influenciaram inúmeros conflitos sociais no tange as relações humanas em sociedade, contudo entendemos que é de suma importância compreendermos a importância dos percursos históricos para assim compreendermos a dinâmica social, e as relações práticas em sociedade.

Nessa perspectiva, que realçamos a importância do ensino de história para as comunidades tradicionais como as indígenas e as quilombolas, não a história em seus parâmetros iniciais, mais a história reflexiva acerca da ancestralidade, memória e da história de cada povo, ensino que influencie na conscientização das gerações e na afirmação étnica dos indivíduos, que incentive a visão crítica dos inúmeros processos históricos produzidos por outros grupos étnicos, ou seja, que incentive as transformações sociais e culturais dos povos, e nesse processo a disciplina de história possui um papel de grande importância, uma vez que deve pautar a cultura, memória e ancestralidade dos povos, impulsionando a preservação e os resgates o da cultura ancestral indígena. Como nos descreve Bergamaschi e Medeiros(2010) afirmando que:

[...] um dos objetivos do ensino de história nas escolas indígenas, é que [...] a escola deve buscar o resgate histórico-cultural das comunidades, visando à valorização da cultura e das leis internas da comunidade, para garantir ao povo o direito de ser diferente do não índio e também a manutenção dos costumes [...]

Observando a citação acima percebemos que o ensino de história deve possuir como diretriz a diversidade cultural, interculturalidade, a diferença como princípios norteadores de seus trabalhos, levando debates acerca da compreensão da sociedade construída pluralmente, elencando o respeito às formas de ser diferente no meio social. Por meio de entrevistas realizadas com as duas professoras indígenas que buscamos compreender esse papel que a disciplina de história possui dentro da pedagogia diferenciada, com isso entender também o significado de ser uma professora indígena, e o que significa o ensino de história para um professor indígena, realizamos essas entrevistas entre os anos de 2015 e 2016, e contamos com a participação de duas professoras formadas em história, Rita e Ivoneice que lecionam na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos localizada no povo Kanindé de Aratuba-Ce na comunidade Fernandes.

Entrevistamos a professora Ivoneice Bernardo da Silva, formada em história pela UVA- Universidade Estadual do Vale do Acaraú e atual coordenadora pedagógica da escola, nasceu na comunidade dos Fernandes em Aratuba, a qual tem toda a sua vida escolar decorrida na escola convencional, se formou em história pela UVA, e hoje como professora da escola indígena afirma que não é a mesma coisa de estar em escola diferenciada, pois as possibilidades de viver e está em sua realidade é muito maior, tendo em vista que as adaptações dos conteúdos sempre são voltas para implantação de um modelo inovador de educação, que leva a bandeira da cultura e da luta indígena, nesse momento ela começou compreender a importância de sua atuação no movimento indígena Kanindé para assim influenciar a construção dessas sonhada escola diferenciada.

Envolveu-se na luta indígena em prol da escola como em outros direitos como a terra e a saúde, portanto, compreendeu que a escola acabou se tornando uma estratégia importante para a resistência do povo Kanindé, como nos descreve Ivonice/2015 ao dizer que: “na escola a gente trabalha essa realidade, lá onde fui formada eu não estudei a realidade do meu povo e a sua história de vida eu não estudei, pois era somente voltado para a convencional” podemos observar que o processo educativo desenvolvido pela comunidade proporcionou a essa professora entender a importância da educação na organização e afirmação das novas gerações e não somente dos jovens como também dos adultos e idosos que se afirmarem índios por meios dos movimentos e da organização étnicos dos Kanindé enquanto grupo.

As escolas tradicionais não contam as histórias do cotidiano indígena, contam uma versão escritas por historiadores que não tem verdadeiramente um compromisso com a causa indígena, os livros não expressa a realidade indígena vivenciada no dia-a-dia em comunidade, representar a fala de outros que descrevem suas visões o que são e como vivem os índios, expressar um índio vencido que aceitou tudo sem questionar, um índio que existiu no passado e que hoje tratado em sala de forma secundária nos currículos escolares. Como trata Grupioni (1995, p.485) em seu artigo *Livros Didáticos e Fontes de Informações Sobre as Sociedades Indígenas no Brasil*, onde pondera que a produção historiográfica pouco elaborou informações didáticas acerca dos povos ameríndios antes do processo de colonização, isso acontece por que a ciência é se basear nas correntes do

pensamento europeu que durante vários séculos negou-se a existência de organizações sociais ou religiosas nas Américas em relação aos nativos indígenas como também no continente africano com os negros.

Nessa perspectiva, que os povos indígenas frisam na importância de se garantir espaços sociais, como exemplo, na educação, pois isso dará a esses sujeitos condições necessárias para que eles mesmos expressem “quem são” e o “que querem”, para que relatem suas próprias histórias sem precisar de outros para externarem quem eles são, a professora entrevistada descreve a importância da escola, em possibilita os seus alunos a refletirem sobre suas histórias e que eles mesmos possam descreve-las para sociedade, dizendo que: “nós somos responsável de construir a nossa própria história, construindo um futuro melhor para todos.” Compreendemos que é papel de cada aluno construir a sua própria história como também a história de povo, transmitindo assim a sua versão dos fatos para a sociedade. Ao perguntarmos qual o significado da disciplina de história para elas? Ivoneice diz que:

É o contato com a historicidade e a ancestralidade, como o momento do Toré é muito importante, agora pela manhã é o primeiro contato que você vai ter com as crianças, professores, a direção da escola, e funcionários, ou seja, toda a escola está ali então naquele momento em que você chega ali para aquela oração, você se senti mais forte, você pode chegar com qualquer problema que for, mais naquele momento que você se reuni com todos você esquece de todos os problemas, assim o dia começa muito melhor por causa daquele momento do Toré, então a comunidade toda ela é acolhedora.

Percebemos na fala da professora que o significado do ensino de história é fundamentalmente para o contato com a história da ancestralidade do povo, pois entendemos que o ensinar história vai muito além de aulas cansativas com os livros didáticos, que não expressa à realidade históricas dos sujeitos, contudo compreendermos que a disciplina de história surge para fomentar a conscientização da história indígena e o contato com a ancestralidade através dos rituais religiosos e culturais praticados pelos grupos, por exemplo, o Toré que é dos principais traços culturais que diferencia os povos indígenas, a mesma nos descreve que as crianças desde pequenas começam a terem o contato com dança e entenderem seus significados para vida indígena, e a história nesse sentido ganha um papel de extrema relevância, pois é por meio da historiografia indígena Kanindé que as

crianças aprenderão qual o significado de ser Kanindé na atualidade, no entanto para isso ocorra de forma positiva para esses sujeitos é de fundamental importância o ensino de história focado em suas realidades culturais e plurais, uma história de suas vivências e o das seus ancestrais para esses indivíduos possam se afirmarem sabendo o que é ser um índio Kanindé.

Em outra entrevista realizada com a professora Rita, perguntamos quais as dificuldades vivenciadas por ela em trabalhar com a disciplina de história? A mesma diz que:

A primeira dificuldade que foi percebida pelos os próprios alunos é justamente a questão da história do povo se descobriremos ou nos auto identificamos indígenas mais por que não está registrada? Por que não está no livro de didático? É tanto que logo no início quando foi ensina história ai sempre os alunos perguntavam por que nos não estudamos só a nossa história? Fica muito mais fácil de assimilar e compreender quando estamos vivenciando do que estudarmos, pois os livros feito por outros historiadores muitas vezes não expressar realmente o valor do conhecimento ancestral do povo [...].

Nesta fala podemos perceber e complementar o que a professora Ivoneice relada acima, pois aqui fica clara a importância de ensinar partindo da realidade dos seus alunos, não só a história, mas em todas as disciplinas, a professora nos descreve que os próprios alunos a questionavam por que suas histórias não estavam nos livros didáticos? Ou por que eles não podiam estudar somente a história de seu povo? Aqui compreendemos que como qualquer ciência existe hierarquia e a história não é diferente, pois quando um aluno de 12 anos chega a pergunta isso, entendemos a relevância do processo de ensino a aprendizagem que não deve ser pautada em uma visão alheia da realidade pelo contrário deve expressar significados onde os sujeitos possa olha para a história e se verem nela, que a história possa os trazer sentimentos os leva afirmação do são, olhando para história e dando sentido para o presente.

Entrevistamos Em 26/09/2015 entrevistamos a professora Rita da Silva Alexandre, formada em história pela UVA, que tem oito anos de atuação na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos como professora de história, inicialmente começou a lecionar para as turmas de educação infantil e posteriormente foi para o fundamental II do 6ª ao 9ª, relata que estudou o ensino fundamental em uma escola na comunidade, que era financiada pelo município, logo o currículo pedagógico era

de uma escola tradicional que funcionava do 5^a a 6^a ano e posteriormente era necessário ir até a sede do município para concluir o ensino fundamental, pois a escola na comunidade não tinha salas suficientes para manter todas series devido à falta de estrutura prédio onde funcionava a escola, foi preciso mudar de escola mais uma vez também era tradicional do estado para concluir do 1^a ao 3^a do ensino médio, e o ensino superior como também não tinha uma universidade diferenciada se formou pela UVA, que também funcionava na sede de Aratuba na mesma escola onde cursou o ensino fundamental da 7^a ao 9^a ano.

Quando terminou o ensino médio passou um ano em casa, para se tornar professora indígena, uma vez que o processo de seleção para professores indígenas acontecia da seguinte forma, o candidato precisaria passar por um período de experiência, onde seriam avaliados seus conhecimentos acerca da comunidade e da história do povo, era um pré-requisito participação nos movimentos culturais e políticos dentro da comunidade, movimentos como reuniões, assembleias, movimentos culturais, determinadas etapas do processo seletivo era aplicado pelas próprias lideranças indígenas que avaliavam os conhecimentos dos candidatos em relação ancestralidade, cultura, história e memória dos Kanindé.

Posteriormente ao entrar na escola como professora continua participando dos movimentos realizados na comunidade, como as assembléias na associação, os rituais culturais, como as rodas de Toré entre outras atividades, conforme Rita, “é importante continuarmos, não podemos nos distanciar de estar vivenciado aqueles momentos tão importantes para a organização do povo Kanindé [...]” foi assim participando dos movimentos que conseguiu entrar na escola como professora. Entretanto todo percurso escolar descrito anteriormente sempre foi permeado por inúmeros conflitos, uma vez que no período se reconhecer indígenas não era fácil, pois os pré-conceitos aflorava nas pessoas que não conheciam, uma vez que atrelavam os índios características negativas, nesses relatos a entrevistada descreve inúmeros momentos difíceis em que a mesma sofreu pré-conceitos na escola por ser índia, ao perguntarmos Como foi lidar com o pré-conceito dentro da escola tradicional? Rita responde que:

[...] Ainda hoje existe o pré-conceito por a gente ter estudado em uma escola de “branco” as pessoas dizem há você se formou em escola de branco e hoje trabalha na escola indígena e vem essas questões e

nos ainda não tínhamos esse espaço físico aqui, não tinha a escola indígena e preconceito sempre tinha e principalmente dentro da sala de aula, quando chegamos ao ensino médio por que foi período onde foi implantada a escola indígena aqui [...].

No relato da professora podemos perceber que seu percurso educacional sempre foi marcado pela discriminação e o pré-conceito, e isso não só pela os “brancos”, mas, também pelos próprios índios que não se reconhecem índios, mais afinal o que conceitualmente significa pré-conceitos e discriminação? Essas palavras em inúmeras situações do nosso cotidiano contemporâneo são colocadas em evidência, por isso é de extrema importância que compreendamos qual o significado que elas nos transmite, segundo Grupioni (1995, p.484) o pré-conceito é “um conceito antecipado, de uma opinião que se forma sem conhecimento total dos fatos e sem a preocupação de uma reflexão mais apurada sobre o assunto”. Ou seja, em outras palavras o pré-conceito é a desinformação de uma determinada situação e o desinteresse de saber mais sobre tal, nesse sentindo surge o desrespeito e o pré-conceito, uma vez que as pessoas fazem julgamentos das outras sem saber nada sobre quem realmente é aquele indivíduo, no entanto, a discriminação é “um tratamento desfavorável dado arbitrariamente a certas categorias de pessoas ou grupos, que pode ser exercido de forma individual ou coletiva, sobre um indivíduo ou um grupo de pessoas.” Grupioni (1995, p.485), ou seja, significa tratar as pessoas ou grupo de forma diferente por condições de raça, cultura, religião ou nacionalidade.

Portanto, foi em meio a inúmeros episódios de pré-conceitos dos alunos “não índios” em relação aos estudantes indígenas que as lideranças, professores e a comunidade em âmbito geral viram a necessidade de se intensificar a busca por uma escola diferenciada que pautasse a cultura e a diferença com diretrizes norteadoras de seus métodos pedagógicos, incentivando o respeito a diferença como ferramenta para combater o pré-conceito e discriminação em relação aos alunos indígenas, influenciando por meio da cultura a possibilidade dos próprios alunos se reconhecerem enquanto índios, e conhecerem o que é ser um índio Kanindé.

No entanto, se analisarmos a estrutura curricular das escolas indígenas do Ceará percebemos que os professores têm que lidar com conteúdos que já chegam prontos e acabados nas escolas, tendo que fazer dois papéis que é o de ensinar a história dos livros e história do povo, contudo segundo a professora Rita a história que os alunos mais gostam “é aquela história que a gente vai para debaixo de uma árvore pra casa de uma liderança e começa a falar da vida dos antepassados como era as vivências deles os alunos acham bem melhor de assimilar”, porém os materiais de didáticos encaminhados pra escolas não expressam sentidos para os alunos, uma vez que demonstra uma coisa longe da sua realidade sendo que o ensino de história deveria priorizar os fatos históricos das realidades das comunidades indígenas. Desta forma as responsabilidades dos professores se tornam bem maiores tendo que lidar com os currículos tradicionais e com os fatos históricos indígenas, a professora descreve sua metodologia de trabalho da Professora Rita ponderando que:

Sempre procuro voltar minhas aulas de história pra questão da realidade do próprio aluno dentro da aldeia para depois eu ir falar de outros assuntos que aconteceram no século XVIII, XVI para assim irmos para esses outros momentos e vivenciar também a realidade do dia-a-dia fazer essa comparação do que acontece no cotidiano de cada um e o que aconteceu no passado e que remonte hoje no presente. Utilizando a metodologia da oralidade trazendo uma liderança indígena para dentro da sala de aula para vivenciar esse momento, documentários feitos em outras aldeias conhecendo outras realidades de outros povos, para depois irmos fazer a comparações dos outros fatos históricos que aconteceram.

No relato acima descrito observamos a importância das metodologias de trabalhos de um docente, como descreveu a professora que procurou dentro da sua autonomia em sala de aula sempre introduzir aos seus alunos fatos históricos indígenas levando-os a pontes de interligações entre as histórias para assim levar a compreensão dos alunos de um processo histórico que é complexo e que em determinados momentos da história os fatos se cruzam produzindo a história em seus parâmetros macros, mais sem esquecer-se da relevância do micro para dar sentido a própria vida cotidiana dos sujeitos, pois quando a professora leva seus alunos para conversa e ouvir seus “troncos velhos” ela está dando a seus educandos a oportunidade de encontrar os significados de suas próprias vidas,

contribuído assim para autoafirmação dos indivíduos e fortalecendo a ancestralidade do étnico grupo.

Nesse sentido, compreendemos a importância tanto da história como do ensino de história para as comunidades indígenas é de suma importância, logo se faz necessário conceituarmos o que história é o que ensino de história e faremos isso partindo dos próprios conceitos descritos pelo o Ministério da Educação no RCNEI que descrimina a relevância e o papel dessa disciplina para a escola indígena, onde aponta que: “A História é um campo de conhecimento em que se valoriza a pesquisa em fontes documentais, em registros e testemunhos sobre outras épocas, em evidências de que os fatos realmente aconteceram e que ocorreram em determinada data e contexto.” Segundo RCNEI com o surgimento de novas demandas sociais por história se fez necessário ampliar o significado do que é história, uma vez que independe do grau civilizatório de grupo étnico, se tem escrita ou não, eles são detentores de história e forma de como se perceber isso deve compreender a pluralidade, por isso hoje os métodos de pesquisas no âmbito da história se ampliaram justamente por entender essa pluralidade está permeado por inúmeros olhares e possibilidades, pois a história busca por meio do tempo compreender as ações humanas em sociedade, ou seja, entender as relações e os conflitos dos homens, para compreender sociedade do presente. Conforme o RCNEI (1998, p.186) que o ensino de história deve considera que;

O estudo da História pode significar para os próprios povos indígenas a oportunidade de valorização das suas narrativas históricas. É o momento de estudo das relações de cada um desses povos com a sociedade nacional, em prol de direitos que assegurem a sua sobrevivência física e cultural.

Portanto, a história deve ocupar o lugar da resistência e da luta dessas populações, sendo mecanismo para a construção da autonomia dos indígenas em relação ao estado nacional, conforme o RCNEI (1998, p.188) objetivo do ensino de história é “considerar a diversidade cultural dos povos suas diferentes histórias de contato e intercâmbio, lutas e antagonismos políticos territoriais e culturais e suas particularidades na construção de relações entre o presente e o passado” compreendemos que a história deve está aberta interculturalidade a diversidade e principalmente analisar e entender a realidade do outro, respeitando as diferencias e as particularidade cada sujeito ou de cada grupo.

A história é de extrema relevância que aprendamos não o que é vivenciamos em nosso dia-a-dia, mas, que o processo de ensino e aprendizagem nos leve a compreensão de o mundo formado por inúmeros povos e culturas, e por inúmeros conflitos gerados pelos contatos muitas vezes forçados incentivando consequentemente a interligação de hábitos, valores e cultura, ou seja, a sociedade é formada por meio das interações ocorridas durante o processo histórico de criação da humanidade, logo o ensino história para os índios como propõe o RCNEI que os professores utilizem como método pedagógico a comparação trazendo para os debates em sala as vivências de seus alunos e fazendo a comparação a temática abordada em sala.

No decorrer de desenvolvimento da pesquisa na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos em Aratuba, utilizamos o método de observação participantes, onde tivemos a oportunidade de observa uma aula de história na turma de 6ª ministrada pela professora Rita da Silva Alexandre, aula de tinha duração de 01h20min, começou por volta de 15h00min inicialmente a professora fez uma retrospectiva da última aula dada fazendo questionamentos aos alunos sobre o tema debatido os incentivando falarem o que aprenderam sobre assunto, posteriormente fez uma introdução sobre a temática da aula que seria sobre o começo das civilizações, nesse processo introdutório sempre fazia comparações sobre a questão indígena levando a compreensões dos alunos de que também existiram populações primitivas que foram encontradas nas terras brasileiras pelos colonizados que essa população mesmo sendo de outra margem do território fazia parte da ancestralidade dos mesmos.

A professora sempre questionava seus alunos sobre determinadas figuras que estavam representadas nos livros didáticos e um delas foi à de uma pedra que na era primitiva era utilizada para fazer o fogo, nesse momento observei algo bastante interessante na aula, quando uma aluna de nove anos indagou a professora que aquela pedra parecia a Pedra encontrada pelo Cacique Soterro em uma de suas na mata, e que posteriormente foi uma das primeiras peças do museu indígena Kanindé percebemos que o processo de comparação as memória dos alunos fazendo com que percebam essa comparação com suas próprias experiências de vida. O RCNEI (1998, p.192) aponta que o professor deve trabalha “com diferentes fontes de informação como relatos orais, objetos, músicas,

construções, gravuras, fotografias, filmes, pois possibilitam ao aluno distinguir diferentes linguagens, técnicas, estéticas, simbologias e mensagens [...]”, todavia, o processo de aprendizagem é fluido e dinâmico, isso nos leva a percepção de não existi apenas uma maneira de aprender, logo cada povo tem seus próprios processos de ensino e aprendizagem e o ensino de história considera esse aspecto diferenciador, pois é preciso que entendamos as peculiaridades sujeitos.

Pecebemos que um dos eixos norteadores na aplicação dessa disciplina deve ser a responsabilidade social da instituição e do professor em formar seres críticos de sua realidade social e de seu papel histórico como sujeito praticante de uma ação social e cultura em uma sociedade que requer diariamente a garantia de seu espaço plural, e que garanta o seu direito de ser diferente, nesse contexto por meio das entrevistas e da experiência absolvida no decorre dessa pesquisa podemos afirmar que na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos a história do povo tem sido colocada como prioridade mesmo com todas as dificuldades de execução, é notória o engajamento de alunos que protagonizam eventos e atividades relacionados à cultura e a história do povo Kanindé, o corpo docente que sua grande maioria são pessoas que nasceram na comunidade, logo vivenciaram essa processo cultural, pois são bastante engajados na organização política do povo, podemos obeservar o empenho das lideranças indígenas que sempre está presente no cotidiano da escola, repassando suas experiências de vida para os jovens, a direção também executa uma papel de extrema importância sempre em cooperação com os estudantes, professores, lideranças e comunidade em geral, com projetos diferenciados que objetivam a aproximação dos comunidade com a escola.

Uma outra grande conquista para a educação escolar indígena foi a resolução 05 de 22 de julho de 2012, a mesma foi uma conquista dos movimentos desenvolvidos pelos professores indígenas em âmbito nacional, de acordo o resolução 05 a mesma resolve que: a “Diretrizes Curriculares Nacionais estão pautadas pelos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.”, ou seja, essa resolução surge para respaldar o DCNEEI, onde assegura as populações indígenas o direito a uma educação diferenciada, onde pautae a diferença e o respeito com o diverso, uma vez que se faz necessário conscientização de forma

plural de ser e está no mundo. Em seu artigo Art. 2º trata dos objetivos da DCNEEI, onde busca:

- I - orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;
- III - assegurar que os princípios da especificidade, do bilingüismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;
- IV - assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;

A resolução 05 prevê que a educação para os índios deve assegurar a recuperação das memórias ancestrais, memória essa que foi arbitrariamente esmagada pelo o processo colonizador, deve ser intercultural, onde atender a diversidade cultural, dos povos, pois assim como o Brasil foi construindo através do ingresso de inúmeros povos fazendo do território brasileiro um compo de possibilidades e de diversidade, as populações indígenas são diversas entre si aonde cada etnia possui suas especificidades e singularidades línguísca, cultural, religiosa e organizacional, nesse sentido a educação deve pautar o respeito as especificidades dos povos, propocionando uma educação inclusiva e democratica.

Um outro importante benefício que essa resolução trouxe foi democratização do projeto político-pedagogico, onde assegura a autonomia das comunidades na cosntrução de seus métodos próprios de ensino e aprendizagem, colocando a responsabilidade no conjunto comunidade, lideranças e direção escolar, isso se apresenta como uma importante ferramenta de resistência para os indígenas, uma vez que a escolar se mostra como o lugar de inclusão, aonde os alunos tem a oportunidade estudarem suas proprias histórias, tal como descreve a resolução que o projeto político-pedagogico deve ser “construído de forma autônoma e coletiva, valorizando os saberes, a oralidade e a história de cada povo em diálogo com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas” ou seja, a educação indígena deve atender tanto a demanda comunidade como da sociedade moderna.

O currículo das escola se apresenta como outra importante ferramenta para as comunidades tradicionais e em especial as indígenas, principalmente no ensino de história como foi colocado inicialmente, pois o currículo deve está flexível aos

valores da comunidade, nesse ponto o ensino de história ganha um importante papel na afirmação e na construção da identidade indígena, uma vez que a disciplina deve se apropriar das características sociocultural do povo, assim a escola deve refletir a realidade plural, levando em consideração a interdisciplinaridade, interculturalidade e bilinguismo como ferramenta educativa.

Por fim, podemos perceber que inúmeros foram os avanços no âmbito da educação diferenciada para os índios no Brasil, e esses documentos produzidos e sancionados pelo MEC nos sinaliza isso, pois os mesmos asseguram direitos nunca colocados em debates no país, entretanto se faz necessário que tenhamos a sensibilidade de reconhecer que apesar dos avanços ainda há muito a se conquistar no quesito educação diferenciada, visto que o governo ainda não disponibiliza de recursos suficientes para aplicação das DCNEEI, esse é das problemáticas da políticas mais podemos encontrar outras, porém se forma observa forma como a educação indígena era trabalhada antes de 1988 era havia muito mais dificuldades.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Esse trabalho foi impulsionado a partir do contato com a escola indígena, e tem por objetivo analisar os limites e possibilidade da execução da memória como sendo um bem coletivo dentro da proposta de educação escola indígena, pois assim como a comunidade a escola de um modo interdisciplinar busca incorporar os elementos do cotidiano do grupo como método pedagógico de ensino, isso para incentivar a conscientização da população indígena jovem, que com essa globalização da modernidade, tem deixado de lado práticas ancestrais ensinada pelos mais velhos da comunidade. A escola enquanto guardiã da memória deve cumprir esse papel de fomentar os laços de indianidade nos jovens, para que a partir do conhecimento de sua história possa se reconhecer sua identidade indígena.

Pensando a temática indígena como sendo algo heterogêneo é perceptível que a questão indígena no Brasil é muito complexa e formada por inúmeros conflitos, e apesar desse caráter diverso da população indígena em relação, a cultura, língua, religião, as práticas ritualista, podemos observar um momento histórico de organização de diferentes grupos étnicos, alguns eram inimigos entre si, esse momento foi a articulação nacional do movimento indígena brasileiro, que se organizaram na defesa de suas terras, e principalmente do direito a vida, tendo em vista que o processo colonizador deixou marcas profundas no imaginário da sociedade brasileira, que hoje se reflete nos preconceitos em relação aos índios no país, marcas essas que até hoje são sentidas por esses sujeitos que foram inferiorizados e marginalizada de políticas públicas do estado voltada para as suas necessidades fundamentais.

Esse levante da população indígena foi de extrema importância para a conquista de direitos como a educação diferenciada, saúde e principalmente a terra que é fundamental para a existência dos povos indígenas, a terra desde início do contato com os portugueses tem sido uma das principais lutas do movimento indígena e até hoje século XXI, ainda encontramos inúmeros territórios indígenas no Brasil não reconhecido pelo governo federal, acarretando assim os inúmeros conflitos entre grupos de indígenas e os grandes latifundiários, que expulsaram os índios de suas terras para a exploração das riquezas minerais existentes na terra.

Nesse contexto, de conflitos de avanços e retrocessos a educação escolar indígena se apresenta como uma importante ferramenta de luta e resistência, uma

vez que impulsiona por meio das práticas pedagógicas a conscientização da população indígena que são detentores de direitos enquanto seres humanos como também seus direitos sociais enquanto brasileiros, outro ponto é que a escola surge como estratégia de afirmação da diferença indígena, logo é ela cumprir o papel de permanentemente de impulsionar afirmação dessa diferença em inúmeras situações do percurso história do grupo, pude claramente perceber isso no decorrer da pesquisa em relação aos Kanindé que deu início ao seu processo de afirmação por volta de 1995, tendo na educação uma importante ferramenta de luta, pois com a conquista do direito a uma educação escolar indígena diferenciada fortalece-se na luta pelo reconhecimento étnico do grupo.

Analisando a educação escolar indígena como algo construindo a partir da perspectiva do coletivismo étnico, percebemos que sua base epistêmica curricular é construída com inúmeros significados, por outro lado, é expressado por meio de conteúdo que faz parte de uma estrutura no que tange aos povos indígenas, isso nos possibilita afirmar que assim como o próprio título do trabalho que fala sobre as memórias educativas dos Kanindé, é importante relatarmos que essa memória é compartilhada e apropriada pela escola com estratégia de resistência, logo a instituição é composta por significados coletivos construídos pelo grupo étnico no decorrer do seu processo de afirmação e construção de sua identidade, que são acontecimento e situações que a escola utiliza para a afirmação da indianidade Kanindé.

Contudo, a educação diferenciada ainda precisa-se quebrar muitas barreiras para que ela realmente se torne aquilo que se propôs, partindo da realidade que estudamos na referida escola, são inúmeras as dificuldades, governo que não propõe medidas efetivas para a consolidação da Lei de Diretrizes de Base para a educação escolar indígena no Brasil, a Secretária de Educação do Estado que não respeita a autonomia dos povos indígenas na execução de seus currículos e de seus processos próprios de ensino e aprendizagem, os professores que têm que lidar com duplicidade de currículos, porém mesmo com esses desafios podemos afirmar que a escola Manoel Francisco dos Santos resiste e tenta cotidianamente superar esses desafios, com a criação de projetos específicos que envolvem a comunidade, lideranças, professores e alunos, onde coletivamente em inúmeros espaços da comunidade e da escola é criado espaços de transmissão de saberes

entre os ancestrais através das memórias dos idosos e jovens, isso com objetivo de fortificar esse sentimento de pertencimento do grupo.

Por fim, no desenrolar da pesquisa pude observar que as memórias educativas do povo Kanindé, ultrapassa os muros da escola, pensando na perspectiva de que ela é produzida cotidianamente pelos membros da comunidade, logo, ela expressa acontecimentos dos antepassados, que são vistos pelo Kanindé como principal fonte de afirmação da identidade Kanindé.

REFERÊNCIAS

BONIN, Iara Tatiana; **A organização do trabalho pedagógico da escola Kambeba: quando a cultura alicerça o fazer pedagógico**, UFB-DF, 2000.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

BARTH, Frederick. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In POUTIGNAT, Philippe; FERNAT-STREIFF, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da, **Antropologia do Brasil, mito, história. Etnicidade**, 2 Ed. São Paulo, Editora brasiliense 1987.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global**, 2001, p. 269-286 (Série Antropologia e Educação).

GOUVEIA, V. V. (2001). **El individualismo y el colectivismo normativo: Comparación de dos modelos**. Em M. Ros & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicología social de los valores humanos: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 101-122). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi, **Livros Didáticos e Fontes de Informações sobre as Sociedades Indígenas no Brasil**.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memoria**. Trad. Bernardo Leitao. 4.ed. Campinas (SP): Ed.Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memoria**. Trad. Bernardo Leitao. 4.ed. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1996.

KOTTAK, Conrad Phillip, **Um Espelho para a Humanidade**, 8 Ed. São Paulo, Ed LTDA, 2013.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: SECAD, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Josenilda Oliveira, **Sincretismo Religioso no Brasil: Uma Análise Histórica das Transformações no Catolicismo, Evangelismo, Candomblé e Espiritismo**, UFPE, 2012.

PERREIRA, Jéssika Danielle dos Santos, **A Educação Escolar Indígena entre os WASSU-COCAL: Algumas Pistas sobre a Concepção da Educação Escolar a partir de seus Professores**, Maceió, UFAL, 2014.

SILVA, Rosa Helena Dias da, **Movimento Indígena no Brasil e a Questão Educativa; Relações de autonomia, Escola e Construção de Cidadanias**, Caxambu, Universidade do Amazonas, , 1999.

SILVA, Márcio; AZEVEDO, Marta, (1995). **Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o Movimento dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre**, 1995.

SOUZA, Maria Cecília, CORTEZ, Chistiano de, **A Escola e a Memória**, Bragancia Paulista, Editora da Universidade de São Francisco, 1996.

MARTINS, Suerdo Gomes e SANTOS, Suzenilson da Silva; **Pelas Veredas da Memória: História, Afirmação Étnica e Organização Comunitária entre os Índios Kanindé**, Fortaleza ,UFC, 2016.

MUNDURUKU, Daniel, **O Carater Educativo do Movimento Indígena Brasileiro(1970-1990)**, (P. 209 à 224), São Paulo, Paulinas,2012.

GOMES; Alexandre Oliveira; **Aquilo é uma Coisa de Índio Objetos, Memória e Etnicidade entre os Kanindé do Ceará**, Recife, 2012.

Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MEC. CNE. **Projeto de Resolução nº. 05/2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, nº 05, 2012.

MEC. INEP. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC/SEF/DPFE, 1994.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Brasília, 1998.Disponível em:< <http://www.cbhcuru.com.br/conheca/> > Acesso em: 22/03/2016.